



NÔ PINTCHA

ÓRGÃO DO COMISSARIADO DE ESTADO DE INFORMAÇÃO E TURISMO *

REDACÇÃO ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AVENIDA DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA

TELEFONES: 3713/3726/3728

BISSAU

24 de Setembro de 1973

— E da vontade de um povo se fez História

Era um tempo de sofrimento e de esperança, um tempo para viver lutando e morrer sonhando no amanhã construído pelo sangue vertido em todos os dias. Eram os momentos primeiros da construção da História de um povo soberano, pela força da sua vontade, da sua dignidade, do seu direito de nação, do seu quinhão de humanidade.

24 de Setembro de 1973 — uma data que virou para sempre uma das páginas mais vergonhosas da história dos homens lobos doutros homens, uma data que ficará a encimar uma página nova e exemplar da História do Homem.

Nasceu uma Nação soberana, orgulhosa entre as nações. A República da Guiné-Bissau não nasceu do acaso da debandada das velhas potências coloniais. Nasceu da mais dura de todas as lutas contra o mais desesperado e retrógrado dos inimigos do direito dos povos.

A potência colonial que enfrentávamos não era, como as suas congéneres, a fera que vê fugir-lhe a presa e prefere mostrar-se desinteressada para mais tarde poder voltar a cair-lhe em cima. O colonial fascismo português era, muito mais, a fera ferida de morte e acossada a um canto pelas suas vítimas de ontem. Ao decrépito colonialismo intermediário de Portugal não restava a possibilidade de trocar a opressão pelas armas pela opressão pela dependência económica. Esgotada a sua missão de gerente e de verdugo às ordens de potências capitalistas mais fortes, o colonialismo português precipitava-se num alcapão da História — ou, se preferirmos, no seu caixote de lixo.

Com o seu portentoso arsenal de morte e de medo do inimigo instalado no coração da sua Pátria, o nosso Povo, dirigido e elevado à condição de senhor do seu destino histórico pelo Partido de Amílcar Cabral, deu ao Mundo, em 24 de Setembro de 1973, uma lição sem igual: a de um Povo faminto, mas orgulhoso, descalço, mas dono da certeza da sua razão, oprimido e massacrado, mas rebelde e vitorioso, que soube emergir de quinhentos anos de destruição da sua identidade nacional e assumir-se soberano, responsável, construtor de uma Nação livre, independente, justa.

Os trabalhadores do «Nô Pintcha», libertadores e libertados, orgulham-se de poder hoje cinco anos volvidos sobre a entrada da nossa Pátria reconquistada no concerto das nações soberanas, prestar a mais comovida homenagem a todos aqueles que tombaram para tornar possível a vitória gloriosa do 24 de Setembro, a todos aqueles que viriam a tombar ainda até à expulsão definitiva dos opressores da nossa Pátria, a todos aqueles que permanecem dispostos a sacrificar tanto quanto a vida pela prossecução dos objectivos pelos quais tombou também, combatente entre combatentes, o grande construtor da nossa nacionalidade.

Combatente entre combatentes, guerrilheiro, um simples africano, Amílcar Cabral permanece nos nossos corações tão vivo quanto o pode estar um homem cuja obra continua a ser a do nosso presente e a do nosso futuro. Foi ainda a sua voz que se fez ouvir em 24 de Setembro de 1973 nas colinas do Boé. É ainda a sua voz que hoje se faz ouvir a incitar-nos ao grandioso esforço de tornarmos realidade a sociedade que com a força do Povo ele começou a construir.

HOJE, HA NA NOSSA TERRA UM NOVO HOMEM E UMA NOVA MULHER, NASCIDOS COM A NOSSA NOVA NAÇÃO E DEVIDO A NOSSA LUTA. ISTO DEVE-SE A NOSSA CAPACIDADE DE LUTAR COMO UMA NAÇÃO

Cinco anos depois do Boé

GUINÉ-BISSAU NA MIRA DO DESENVOLVIMENTO

«Podemos dizer que, nos primeiros anos da nossa liberdade cometemos erros. É normal, em pessoas que saíram de uma luta como a nossa, em pessoas que vieram de diversas camadas sociais da nossa terra — tudo gente simples: empregados, camponeses, estudantes, operários — e que tiveram que enfrentar a responsabilidade de um país inteiro, com todos os problemas que há na sua direcção. Mas, ainda bem que conseguimos fazer coisas que nos levaram a cometer erros! Porque, fazendo coisas, cometendo erros, fomos capazes de aprender mais e melhor e de nos armarmos para evitar outros erros no futuro, garantir portanto, a marcha regular do nosso país para o desenvolvimento. Destes erros do passado, dos primeiros anos de independência, temos que tirar lições para as tarefas que vamos cumprir agora, no decorrer da Segunda Legisatura da Assembleia Nacional Popular».

Estes ensinamentos, do primeiro magistrado da Nação e proferidos no momento solene da vida do nosso povo — início da segunda Legisatura do órgão máximo do nosso Estado, a Assembleia Nacional Popular — revelam, de uma forma vinculada o carácter do nosso Governo e o espírito que animam os seus dirigentes. Reconhecer as falhas, parar

e repensar o futuro, cada vez mais organizados, e disciplinados.

E hoje, no momento em que cavalgamos para mais um ano de luta e com certeza na vitória mas conscientes das dificuldades que nos esperam, impõe-se nos fazer uma pausa e meditar. Meditar no passado cheio de sacrifícios, viver o presente, em que se nos depa-

ra uma tarefa não menos difícil que a anterior — a da Reconstrução Nacional e preparar-se para o futuro que se nos apresenta promissor. Hoje, cinco anos após os gloriosos acontecimentos de Madina do Boé e com as nossas terras totalmente livres e dirigidas pelo PAIGC, deparam-se nos duas tarefas prioritárias, a saber: garantir auto-suficiência alimentar, produzindo tudo aquilo que é necessário para uma alimentação racional da nossa população e manter o equilíbrio do nosso orçamento. Pois que, conforme foi claramente acentuado pelo camarada Presidente Luiz Cabral, só equilibrando o orçamento e garantindo a auto-suficiência alimentar do nosso povo poderemos de facto arrancar, em bases seguras, para o desenvolvimento.

E o homem, como factor fundamental, tem que estar na base desse desenvolvimento. Para isso temos que organizar mais o nosso trabalho e disciplinar as nossas vidas cada dia melhor. Desenvolver, conservar, melhorar ainda mais as relações de confiança, de amizade e de camaradagem. E outras palavras, consolidar a UNIDADE NACIONAL.

Nino Vieira regressou de Cuba

O camarada Nino Vieira, da Comissão Permanente do CEL do Partido e comissário de Estado das Forças Armadas regressou ontem, a Bissau, vindo de Cuba. O comandante Nino tinha se deslocado a Cuba em missão do Partido e do Estado.

Recordamos que Nino Vieira foi convidado pelo camarada Presidente Luiz Cabral, para chefiar o governo após a morte do comissário principal, Chico Té. Não se sabe ainda a data da tomada de posse, pois que o Conselho de Estado ainda não confirmou a nomeação.

No mesmo avião chegou igualmente a Bissau o camarada Honório Chantre do CEL do Partido, e secretário geral do Comissariado de Estado das Forças Armadas que também se encontrava em Cuba e Fidelis Cabral de Almada, do CEL do Partido e Comissário de Estado da Justiça, que viajou para Holanda e Suíça.

Visita de Luiz Cabral ao Senegal

COOPERAÇÃO BILATERAL ENTRE OS DOIS PAÍSES FOI OBJECTO DAS CONVERSACÕES

Regressou na tarde de sexta-feira a Bissau, o camarada Presidente Luiz Cabral, no termo de uma visita de algumas horas à República do Senegal, onde manteve conversações com o seu homólogo Leopold Sedar Senghor, sobre questões relacionadas com cooperação bilateral entre os dois países e sobre a actualidade africana de interesse comum.

As conversações de Dakar foram, entretanto, objecto de um comunicado final de imprensa, no qual, se salienta terem decorrido no

Ao longo das trocas de impressões, os dois Presidentes examinaram as relações bilaterais nos domínios político, económico e cultural, e fizeram um exame em torno da situação internacional debruçando-se particularmente sobre as questões africanas.

No tocante ao primeiro

(Continua na página 8)

O PAIGC já tem 22 anos de vida

Camarada Director

Completaram-se na passada terça-feira, 22 anos sobre a fundação do PAIGC, Partido cuja acção forjou no espírito de todos os bons filhos da nossa terra um amor ao nosso povo e à causa da humanidade.

Durante o longo trajecto percorrido pelo PAIGC, a força dirigente da nossa sociedade, foram escritas gloriosas páginas jamais conhecidas pelo nosso povo que, durante cerca de cinco séculos e meio, foi colonizado e espezinhado pelo mais retrógrado colonialismo que a humanidade já conheceu.

A luz das ideias progressistas que animaram o mundo durante o período em que a correlação das forças culminou com o surgimento do primeiro Estado Socialista do mundo — União Soviética em Outubro de 1917 — desenvolveu-se a consciência revolucionária do grupo de africanos das ex-colónias portuguesas, então estudantes em Lisboa, do qual fazia parte o nosso saudoso líder Amílcar Cabral.

O nascimento do PAIGC não foi uma obra do acaso, mas de um conjunto de circunstâncias política sociais engendrado pela situação de colonizado em que vivíamos.

Sob a direcção dos melhores filhos do nosso povo, a nossa vanguarda revolucionária levou a cabo uma longa guerra de libertação que culminou com a proclamação da República da Guiné Bissau, a 24 de Setembro de 73, e veio colocar o nosso país num novo concerto entre nações.

Neste momento, em que meditamos sobre este determinante acontecimento, recordamos os melhores filhos da Guiné e Cabo Verde que, desprezando todos os sacrifícios deram provas da sua capacidade e determinação na defesa da nossa causa sagrada — a libertação nacional e a construção de uma pátria forte e próspera na Guiné e Cabo Verde.

Uma palavra de homenagem é neste momento dirigida aos heróis da nossa gloriosa luta de libertação nacional. Nós, que somos os seus continuadores na edificação desta pátria africana, forjada na luta, a digna homenagem que podemos prestar-lhe é trabalhar cada vez mais e melhor na defesa dos princípios sagrados do nosso Partido, levando a que aumente cada dia mais o nosso prestígio, na comunhão de todos os povos amantes da paz, progresso e felicidade.

(BAKOLE)

Cooperação Guiné-Bissau Gâmbia e Senegal

Na pessoa do camarada Carlos Correia, Comissário de Estado das Finanças, o nosso país acabou, de ultimar na quarta-feira passada, a assinatura de um acordo de assistência mútua administrativa com as Repúblicas da Gâmbia e do Senegal. Este acordo conjunto visa iniciar uma nova etapa de relações comerciais, ao mesmo tempo que concentrará as atenções na necessidade de se pôr cobro ao tráfico ilegal de mercadorias entre os três países.

Portador do referido acordo, que já tinha sido assinado pelas partes senegalesa e gambiana, no passado dia 12 do corrente mês, chegou ao nosso país na quarta-feira passada, o sr. Ibra Ka, secretário executivo da Senegâmbia. A assinatura foi feita no mesmo dia, no Comissariado dos Negócios Estrangeiros, tendo, de seguida, o portador do acordo regressado ao seu país.

Um grupo de peritos e técnicos aduaneiros das Direcções-Gerais das Alfândegas

dos três países tinham realizado duas jornadas de trabalho, uma em Bissau e outra em Banjul, jornadas essas que serviram de sustentáculo à referida iniciativa, e permitiram a elaboração do dito acordo.

Logo que as respectivas autoridades constituintes ratificarem o acordo, este entrará em vigor, e dar-se-á início aos trabalhos de cooperação, atacando de frente e com meios adequados, o contrabando, mal este que prolifera ao longo das nossas fronteiras comuns.

União de Artistas e Escritores

Os jovens artistas e escritores da nossa capital reuniram-se na passada quarta-feira numa das salas do Liceu Nacional Kwame N'krumah para discutir e aprovar uma proposta da criação da União de Artistas e Escritores da Guiné-Bissau.

A proposta já submetida a apreciação do Conselho Nacional da Cultura e aprovada na reunião pelos representantes de agrupamentos musicais, escritores e artistas plásticos, na presença de um delegado do CNG, foi uma iniciativa de um grupo de jovens do referido sector.

Na reunião foram constituídas duas comissões de trabalho: Comissão para a elaboração de estatutos da futura organização e Comissão coordenadora das actividades a desenvolver para a fundação da UAE.

Guiné-Bissau na 10.ª Conferência regional da FAO

A fim de participar nas sessões plenárias da Décima Conferência Regional da FAO para a África a realizar em Aruchão (Tanzânia) de 25 a 29 de Setembro, partiu na quarta-feira passada para esse país, o Comissário de Estado da Agricultura e Pecuária, camarada Samba Lamine Mané.

Os delegados debaterão questões ligadas à reforma agrária e ao desenvolvimento nas regiões, com vista à preparação da próxima Conferência Mundial.

Esta, por seu lado, debruçar-se-á sobre os problemas referentes à reforma agrária e ao desenvolvimento rural. Serão abordados também os problemas de cooperação técnica entre os países em desenvolvimento, nomeadamente no que se refere às instituições nacionais e regionais, à cooperação e integração do plano

regional no domínio da agricultura das realizações e perspectivas, bem como o plano alimentar regional para a África.

Fiscalização económica

O camarada Numa Pompiú Benício, chefe do Departamento de Controle Económico da CECA (Comissariado de Estado de Comércio e Artesanato), esteve de 18 a 20 do corrente mês nas regiões de Bafatá e Gabú, no âmbito do prosseguimento do trabalho de fiscalização económica. Este trabalho, de Contrôle Económico da CECA, está a ser realizado em todas as regiões do país.

Juvêncio Gomes regressa do Gabão

Depois de ter participado na 9.ª Conferência da Associação Internacional dos Parlamentares da Língua Francesa, que teve lugar no Gabão de 11 a 17 do corrente, regressou ontem ao nosso país o camarada Juvêncio Gomes, membro do CSL do Partido e presidente do Comité de Estado da cidade de Bissau.

Esta Conferência, que contava com a participação de 27 países, para além dos observadores, um dos quais o nosso país, tinha como objectivo a troca de experiências entre os diversos Parlamentos de expressão francesa.

Associação de amizade Guiné-Bissau - R.D.A.

Uma sessão da Assembleia-Geral, a ter lugar amanhã, pelas 18 horas, no Salão de festas da U.D.I.B. reunirá os sócios da Associação de Amizade Guiné-Bissau/RDA.

A referida reunião, para a qual são convocados todos os sócios, terá como ordem do dia o seguinte: apreciação do plano anual de trabalho a apresentar pela Direcção; e apreciação dos relatórios da Direcção, do Conselho Directivo e do Conselho Fiscal.

Responde o Povo

Como soube da proclamação da República da Guiné-Bissau?

A medida que o tempo passa deixa atrás factos que pela sua importância passam a constituir um acontecimento transcendente para a vida de um povo ou agrupamento humano. Amanhã o nosso povo festeja mais uma vez o aniversário da proclamação da República da Guiné Bissau. Neste quinto aniversário cada um de nós com certeza se lembra da data do 24 de Setembro de 73, com orgulho, pois constitui um passo decisivo para o triunfo final da nossa gloriosa luta de libertação nacional. Volvidos cinco anos após esta histórica data, propusemos auscultar pessoas sobre «Como soube da Proclamação da República da Guiné Bissau?». Isto, para verificarmos que a realidade da nossa luta de libertação era seguida em Bissau pela maior parte da nossa população a despeito de os colonialistas portugueses tentarem impedi-lo.

Eis o que cinco entrevistados nos responderam sobre a referida questão.

TIVE O CONHECIMENTO PELA RADIO LIBERTAÇÃO

Balona, 39 anos, Trabalhador do Grande Hotel — «Tive o conhecimento da pro-

clamação da República da Guiné Bissau através da Rádio Liberação do PAIGC. Pessoa.mente recebi a notícia com satisfação. Era um passo decisivo para a vitória

total. Depois fui acompanhando a evolução do acontecimento. O exército colonial português a partir dessa altura soube que a guerra ia acabar. Quanto aos soldados portugueses que eram esclarecidos sabiam certamente que o fim da guerra seria a libertação da Guiné».

VI A NOTICIA NUM JORNAL PORTUGUÊS

António Manuel dos Santos, 45 anos, Bombeiro — «Lembro-me que a primeira vez que vi a notícia relacionada com a proclamação do Estado da Guiné-Bissau,

foi num jornal português, no qual o governo colonial tentava desmentir que nós não tínhamos zonas libertadas. No nosso posto de serviço zombávamos da notícia desse jornal, porque sabíamos que ela não correspondia à verdade».

OUVI A NOTICIA ATRAVÉS DA RADIO LIBERTAÇÃO

João Baptista, 47 anos, Proprietário — «Ouvi a notícia da proclamação do nosso Estado por intermédio da Rádio Libertação. Na altura trabalhava com um secretário da perfeitura que, momentos depois veio perguntar-me se sabia do acontecimento. Mas como

desconfiava dele, respondi-lhe que não. Essa notícia não constituiu para mim uma surpresa na medida em que acompanhava a evolução da luta armada de libertação nacional. Já era na ocasião militante do Partido. Participei na mobilização para a luta».

Francisco Domingos Vaz (Média), 46 anos, Carpinteiro — «Soube da proclamação da República da Guiné-Bissau através da Rádio Libertação e depois obtive a confirmação através da rede clandestina do PAIGC em Bissau. Foi com grande entusiasmo que as pessoas com quem convivia particularmente receberam a notícia. Para nós representava

o fim próximo da guerra de libertação nacional».

Francisco Pinto Caetano, 24 anos, Professor de Posto — «Na altura não tive conhecimento da proclamação do nosso Estado, que é um acontecimento transcendente e decisivo para a libertação total e completa das nossas terras, Guiné e Cabo Verde. Mas esse facto estava ligado à política demagógica do colonialismo português que fazia tudo para nos ocultar as realidades da nossa gloriosa luta de libertação nacional. Mas o golpe de Estado que se verificou a 25 de Abril de 74 em Portugal, veio demonstrar ao mundo que a lógica da história nunca pode ser ocultada».

O Caboverdiano é aquele que defende a independência do país

● Pedro Pires aos emigrantes (conclusão)

«O Caboverdiano é aquele que é patriota, é aquele que defende a independência do país», afirmou o camarada Pedro Pires, Primeiro-Ministro de Cabo Verde, na sessão de encerramento do I Encontro das Comunidade Emigradas, que decorreu em S. Vicente e que reuniu representantes das diversas comunidades caboverdianas no exterior.

Na sua intervenção, cuja publicação concluímos neste número, o chefe do Governo do país irmão abordou problemas ligados à política do país em relação aos emigrantes, ao mesmo tempo que dá conta dos esforços empreendidos no sentido de promover o desenvolvimento económico e social do jovem Estado.

Mas a nossa tolerância é grande porque podem encontrar aqui em Cabo Verde pessoas que em dada altura foram para Portugal, fugiram para Portugal ou foram obrigados a ir para Portugal porque tinham uma posição incorrecta.

Voltaram e encontram-se aqui a trabalhar. Há pessoas nessas condições, portanto não se pode dizer que o PAIGC seja intolerante ou seja dogmático ou seja intransigente. Não se pode dizer também que o governo de Cabo Verde não respeita os direitos que cabem a cada originário de Cabo Verde e a cada nacional de Cabo Verde.

A nossa tolerância é grande, mas a nossa intransigência também é grande. Somos intransigentes contra os vende-pátrias e contra os traidores.

Somos intransigentes contra aqueles que se aliam à pior reacção que existe em Portugal, aqueles que se aliam aos saudosistas colonialistas, fascistas em Portugal, aqueles cujos apoios só vêm da extrema direita portuguesa e outras extremas direitas, aqueles que se ligam aos jornais reacţionários como «O Tempo», «O País», «O Retornado» e outros. Somos intransigentes contra eles. Porque há coisas que não podemos admitir para trás um só passo.

Aqueles que querem o regresso ao passado, ao paternalismo, ao beija-mão, à dominação estrangeira, esses não têm lugar na nossa terra. Dizemos não. A esses não. Esses não podem exercer nenhuma actividade política em Cabo Verde. Porque, ou queremos avançar para a frente e teremos que defender seriamente a nossa independência ou entregamos a nossa terra nas mãos de gente irresponsável que nem sabe o que quer. Portanto essa «democracia» não existirá em Cabo Verde; democracia sim, mas revolucionária que tem por objectivo as grandes transformações sociais para que

o povo de Cabo Verde possa viver feliz, próspero e independente e numa justiça social.

Portanto aqueles que querem estabelecer na nossa terra uma situação em que o nosso povo deva ser explorado, espezinhado, humilhado, aqueles que recusam reconhecer a capacidade do nosso povo de assumir a sua responsabilidade histórica, quer dizer, em construir por si mesmo o seu futuro. Esses não têm lugar na nossa terra, porque não são caboverdianos. O Caboverdiano é aquele que é patriota, é aquele que defende a independência do país.

Mas aquele que de uma maneira ou outra, pensa ou age de maneira que possa por em perigo a independência de Cabo Verde, francamente, com esses não podemos dialogar.

Mas é preciso que as coisas estejam claras. Eu digo isso porque vocês vêm de fora (eu não quero dizer que tenham as mesmas ideias) mas vêm de fora, falas-se muito, eu EXPLICO qual é a posição do nosso governo, e qual é a posição do nosso Partido. Porque é nossa opinião que a democracia tem os seus limites e há concessões que ela não deve fazer porque senão cava a sua própria cova.

Ora, nós não estamos interessados em cavar a nossa cova porque não somos maçoquistas, nem fazemos «hara-hiri».

Está claro que lá fora fala-se muito em presos políticos em Cabo Verde. Eu vou esclarecer isso.

Sabem, talvez não saibam ou não conheçam, não há nenhuma verdade que em Cabo Verde não sejamos capazes de dizer. Dizemos tudo. Porque estamos conscientes daquilo que fazemos porque fazemo-lo honestamente. Fazemo-lo com convicção. Alguém pode estar contra ou pró, mas assim é que é.

Dizemos, lá nos velhos

tempos da luta de libertação nacional há uns quatro anos atrás, está claro que nós que estamos aqui éramos terroristas, comunistas, ladrões de cavas, gente que utilizava de maneira desonesta o dinheiro que recebia para a luta de libertação nacional (a maioria de nós concerta tinham contas na Suíça) etc. Essa era a maneira como os colonialistas portugueses nos apresentavam. Que somos contra a Igreja, que metemos os padres na cadeia, fazemos assim e assado da religião. Isso é o que diziam os portugueses.

Mas agora a grande pergunta é a seguinte:

Mas essa propaganda dos portugueses ou dos colonialistas (não dos portugueses), entrou na cabeça de alguns dos nossos compatriotas? É possível que tenha entrado. Porque é mais fácil aceitar que eu seja um torcionário, quer dizer que nós aqui praticamos torturas (é fácil conceber que um terrorista seja um torcionário, um torturador de gente) é fácil de perceber que um ladrão de vacas possa hoje roubar o dinheiro de Cabo Verde para por nos Bancos da Suíça, ou possa ainda comprar barcos para fugir mais depressa, como se costuma dizer. Mas isso cabe na cabeça das pessoas porque aceitaram também que éramos terroristas e que éramos ladrões. Quer dizer, as pessoas que hoje vêm-nos como torturadores, ladrões, como fascistas, como ditadores e coisas como isso, são as que receberam também a propaganda colonialista portuguesa de que éramos terroristas, que éramos ladrões, que não fazíamos nada e que andávamos a passear o Mundo e que fazíamos isso, assado e cozido. É normal que essas coisas tenham entrado na cabeça das pessoas, por isso é que acham que nós somos contra os direitos do Homem, que nós torturamos, que nós esfolamos, que nós mandamos as crianças para Cuba, que mandamos as crianças para a União Soviética, que fazemos aquilo e aquilo outro, e que nós ainda entregamos a nossa terra nas mãos dos outros. Porque nunca conceberam que Cabo Verde podia ser independente e que nós caboverdianos pudéssemos ser responsáveis pelo nosso futuro, pela nossa terra. Portanto, pura e simplesmente, complexo de inferioridade e colonizado mental. Quer dizer só os colonizados mentais é que aceitam a supe-

rioridade do colonialista, do dominador, que aceita a superioridade dos europeus; só ele é que aceita também que nós não sejamos capazes de preservar a nossa independência e estejamos ao serviço desta ou daquela potência e que Cabo Verde é uma base, e que os caboverdianos são tão barbaros, tão bárbaros que praticam todas as barbaridades possíveis. Significa que estamos sendo intoxicados. Estamos sendo levados pela propaganda inimiga e fomos também influenciados pela propaganda dos colonialistas. Só assim é que se percebe a coisa. Ora, é preciso fazer-se um grande esforço para a descolonização mental, para a desalienação mental. Isso é fundamental.

Se não nos libertarmos mental e intelectualmente e nos considerarmos iguais aos outros, que nós somos capazes de decidir do nosso futuro, não podemos avançar.

Porque todas as vezes que trazemos qualquer coisa, no fundo está um complexo de inferioridade. Segundo o meu ponto de vista, no fundo está a alienação, no fundo está a aceitação de valores impingidos pelos colonialistas durante a nossa luta de libertação nacional.

Só assim é que se percebe que se possa proclamar a doutra, duma maneira leve, ingénua, se aceite uma série de baboseiras e de conversas que se dizem lá fora.

Só assim é que se percebe que se possa proclamar a independência de Cabo Verde numa sala em Boston. Só assim é que se percebe isso.

Não racionando, não pensando, não vendo nada é que se percebe. Ora, fazendo isso, nós não podemos chegar à conclusão que, sem mais nem menos essa gente é ignorante. É a única conclusão que poderíamos tirar, porque uma pessoa que proclama a independência de Cabo Verde, numa sala como esta em Boston, quando nós a proclamamos aqui, só pode ser ignorante.

Essas coisas, embora não tenham para nós, em Cabo Verde, grande importância, devem ser ditas para que as pessoas possam avaliar correctamente as coisas. Porque só através da verdade é que se pode ir longe.



AMILCAR CABRAL

A prática revolucionária

Levamos a bom termo vinte e duas operações de comandos principalmente no Norte do país (Bula, Canchungo, Binar, porto de Binta e Farim) e algumas de Sul (Catió, Porto de Caranjol, Tite).

Neste âmbito, o ataque efectuado por um destacamento das nossas forças armadas da frente Norte, contra o aeroporto de Bissau-anca, principalmente a base aérea do inimigo, situada a 10 quilómetros do centro de Bissau, a capital, foi particularmente notável. Durante este ataque efectuada a 19 de Fevereiro de 1968, destruímos a torre de controlo, três quartéis dos paraquedistas e dois aviões, e inutilizamos vários outros. A importância política e militar de tal acção, dispensa comentários.

2 — SITUAÇÃO MILITAR

No decurso do período em questão, o número de militares inimigos mortos soma mil novecentos e cinco entre eles vários oficiais e entre eles um major e outros graduados. Foi ferido um número elevado, indeterminado, de soldados inimigos.

Estes números são confirmados pelas declarações de prisioneiros e desertores; segundo a mais recente, feita por um destes últimos, pelo menos setecentos e noventa e três caixões teriam sido transferidos para Portugal no decorrer de 1967, fora os que aguardavam ainda o embarque aquando a sua deserção. Por outro lado as autoridades portuguesas não podem esconder o facto que o hospital militar e civil na Guiné e em Portugal terem sido invadidas por militares de feridos entre os quais a maior parte era proveniente do nosso país. É preciso não esquecer que uma parte importante dos feridos portugueses é transferido directamente do nosso país para a Alemanha Federal (sobretudo para Franqueforte) onde recebem tratamento.

As nossas baixas cifram-se de oitenta e seis combatentes e em cento e setenta e dois elementos da população civil mortos e em quinhentos e vinte e três feridos incluídas vítimas dos bombardeamentos. Estes números superiores aos dos anos anteriores, reflectem quintuplicação dos combates e o grande desenvolvimento atingido pela nossa luta. Se considerarmos que aproximadamente 80% dos feridos voltaram aos seus postos e que o número de mortos é quase equivalente a dos vitimas anuais do colonialismo português antes da luta só temos razão para reforçar o nosso combate e avançar até a libertação do nosso povo.

A situação actual nas três frentes de combates mostra que não só fomos capazes de anular os esforços desesperados do inimigo no decorrer do ano findo, mas também que agravávamos as suas dificuldades. Estas tropas cujo moral não cessa de baixar, estão cada vez mais barricadas nos quartéis, alvo dos nossos morteiros e canhões assim com dos assaltos pelas nossa forças de infantaria. As iniciativas inimigas reduzem-se dia a dia, limitando-se aos bombardeamentos aéreos e a tentativa de terrorismo contra as populações

Produção pecuária:

UMA FONTE DE RIQUEZA EM DESENVOLVIMENTO

● Entrevista com o médico veterinário António Mandinga

O nosso jovem país, está travando uma das mais duras batalhas que se lhe depararam: a luta de Reconstrução Nacional, a da batalha contra o subdesenvolvimento. Nesta dura luta, foram ultrapassados sucessivamente obstáculos de vária ordem.

Portanto, os diversos Comissariados estão a dispor pensar todos os esforços necessários para que o desenvolvimento Nacional seja uma realidade. Os serviços de veterinária, uma das secções de Comissariado da Agricultura, têm nessa luta uma participação de primeiro plano. Está sob a sua responsabilidade o estudo do aumento da produção e da comprovação de qualidade dos alimentos que o povo consome. Por esta razão contactámos o camarada António Mandinga, médico e responsável da Veterinária.

Neste nosso diálogo, o camarada Mandinga começou por elucidar-nos sobre a existência de serviço da veterinária em todo o país e da sua finalidade:

«Em cada região do país existe pelo menos um departamento da veterinária, tendo no seu conjunto 240 trabalhadores. Entre esses trabalhadores, temos técnicos superiores e médios, operários especializados, secretários, etc. A veterinária tem por finalidade o aumento da produção de alimentos como a carne de bovino, de caprino de suíno e o leite, etc. Além disso, deve garantir esses alimentos, isto é, comprovar a sua qualidade de forma que não constituam um perigo para as populações.

DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA

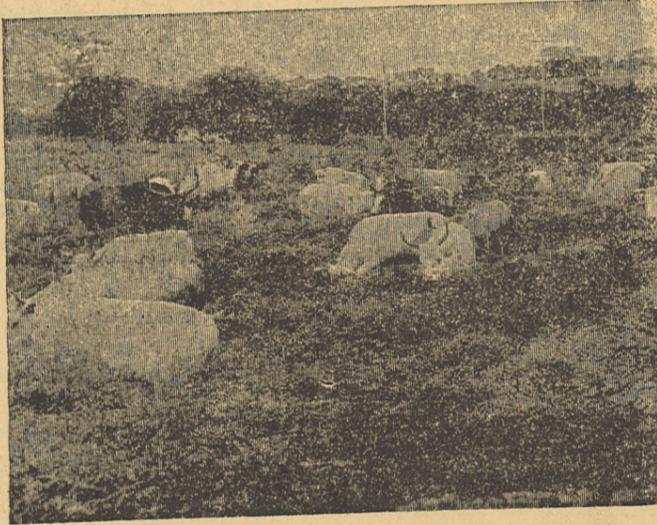
Ao ser abordado sobre como se processava o trabalho para a garantia dos alimentos, o camarada António Mandinga respondeu nos que para garantir a qualidade dos alimentos controlam o matadouro, que só existe em Bissau e «casas de abates» existentes nas diversas regiões do país. Continuando a sua exposição, o nosso interlocutor disse que todos os produtos alimentares de origem animal que entram na nossa terra têm que passar pela veterinária para serem submetidos ao controlo. Só depois de comprovada a sua qualidade é que são postos à venda.

«Um dos grandes perigos para a população é o dos abates clandestinos. Existem indivíduos que andam por aí a abater animais e

vendem a carne sem controlo da veterinária. Iremos acabar com esses abates clandestinos com a ajuda da polícia, fazendo com que a lei seja respeitada.

QUASE TODA A PRODUÇÃO PROVÉM DO SECTOR TRADICIONAL

O camarada António Mandinga afirmou ainda que a veterinária faz um outro combate difícil no seio da população. É o combate à raiva, doença que é contraída devido à mordedura de um cão ou outro animal, contaminado pela raiva. Salientou que a acção, deles, neste caso, é vacinar a população contaminada e com a



Alimentando-se na tranquilidade do pasto

ajuda de CECB (Comité de Estado da Cidade de Bissau), apanhar esses animais para eliminação. Por outro lado, existem ainda várias outras doenças que compete à veterinária combater, que são susceptíveis de passar dos animais para os homens.

Ao interrogarmos-lo sobre a produção pecuária, o médico veterinário começou por afirmar que no país existem dois tipos de produção: o sector tradicional e o estatal. O sector tradicional, que está confiado aos criadores de gado é o sector determinante da produção.

«Em todo o país, temos 166 mil cabeças de gado bovino». «No entanto, o Estado só possui 300 cabeças. Por estes números, podemos concluir que o sector tradicional é uma fonte que não se pode desprezar, porque é aí que têm que incidir os nossos maiores esforços para aumentar a produção».

O camarada Mandinga diria ainda que 75 por cento do gado bovino provém da região de Gabú e Bafatá. Nestas regiões, os criadores de gado recebem assistência de dois departamentos re-

gionais para a vacinação e alimentação do gado. 90 por cento de carne bovina provém do sector tradicional num total de 56,7 toneladas, das quais 38 da região de Bissau, oito de Bafatá e dez de outras localidades.

O outro tipo de produção é o estatal. Este sector tem como objectivo a criação de unidades de produção. Por isso, fazem-se estudos de selecção, cruzamentos alimentação, nutrição, reprodução e controlo de rações.

Depois de concluídos os estudos, os animais obtidos servirão para fundar essas unidades de produção.

Actualmente, informou que na granja do Estado, temos 300 cabeças de gado bovino,

mento dos animais. Existe um problema que afecta o desenvolvimento do gado: na época das chuvas, o gado aumenta de peso, e no período seco este diminui consideravelmente. Sobre este problema afirmou:

«Para evitar a diminuição de peso na estação seca, temos uma fonte de alimentação preciosíssima que é a produção de mancarra. Vamos fazer, no seio dos nossos camponeses, que são bons produtores de mancarra, um trabalho no sentido de guardarem a palha de mancarra de maneira que possamos ter alimento suplementar para os animais na época seca. Além disso, podemos fazer fardos dessa palha para a exportação».

PESTE SUÍNA PROBLEMA GRAVE

Também se referiu à água, dizendo que é um problema fora do alcance da veterinária, mas podendo ter solução com a ajuda dos Recursos Naturais, com a abertura de poços para que os animais não tenham falta desse precioso líquido na época seca.

Ainda sobre os problemas com que se tem deparado na produção de outras espécies de animais, o camarada Mandinga explicou que, na produção de suínos (porcos) tiveram problemas devido à peste suína africana. Esta peste, sem cura, mata muitos porcos, mas já está em montagem uma unidade de produção (tipo industrial) de carne suína, que terá condições mais favoráveis à imunização dos animais. Salientou ainda que a produção de porcos é bastante delicada, porque, para que se verifique um aumento desta espécie, é preciso o seu isolamento e um programa sanitário rigoroso.

Outra produção que se desenvolve rapidamente é a cunicultura (coelhos). O objectivo da veterinária é desenvolver a produção e, em seguida, distribuí-la pela população, podendo esta possuir em suas casas pelo menos uma cria de coelhos, contando para isso com o auxílio da veterinária.

António Mandinga explicou-nos também que a produção de leite na veterinária é muito pequena: 0,8 litros por cabeça. Mas, através de pesquisas, a produção actual poderá aumentar para 14 a 15 litros por animal. Salientou ainda que, se a veterinária ti-

vesse uma frota de carros frigoríficos, e houvesse uma boa rede rodoviária, poderia recolher o leite produzido em todo o país. Afirmou ainda que o leite ordenhado pela população azeda rapidamente devido à falta de condições para a sua conservação.

AJUDAS INTERNACIONAIS

Prosseguindo a nossa conversa, perguntámos ao camarada médico veterinário se as instalações existentes satisfazem as necessidades de momento. Respondendo à nossa pergunta disse que as existentes servem, mas que, para o aumento da produção serão construídas instalações consoante as necessidades de serviço. Assim, com a ajuda de alguns países, está em construção mais outro laboratório, situado à entrada dos serviços de veterinária. Este laboratório é financiado pela USAD (Agência Americana para o Desenvolvimento) a RDA e o Brasil, no fornecimento de materiais, e por Portugal, na preparação e qualificação de quadros.

Continuando, afirmou: «Os indivíduos que partirão para Portugal em Outubro, foram seleccionados entre os melhores trabalhadores que participaram no recenseamento dos animais, efectuado em todo o país. Temos um projecto de produção de leite com financiamento da Suíça. Entre outras ajudas, temos a trabalhar entre nós, técnicos alemães».

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

O camarada António Mandinga informou-nos de que, em 1977, foram importadas grandes quantidades de leite: 556 toneladas de leite condensado e 206 toneladas de manteiga. Por outro lado, foram produzidas no país 1919600 quilos de carne e 191960 quilos de couro (dos quais foram exportados 11 mil quilos).

O couro constitui, assim, uma fonte de entrada de divisas para o país. Para finalizar, o camarada António Mandinga afirmou:

«Se aumentarmos satisfatoriamente a produção de gado daremos um grande passo no processo revolucionário de promoção da economia do nosso país».



Está a visão que te ilhéu do Rei quando aproximámos no barco dos Armazéns vo, é muito diferente daquela que se tem da ponte-cais de Temos a impressão o pequeno pedaço se torna cada vez começam a distinguir pessoas na ponte, nhando para os seus res do dia-a-dia.

Juntamente com balhadores da ex-GO reportagem do nosso foi até ao «djiu» perto o que se está

Médio-Oriente

Da nega

DAMASCO — A «Frente de Firmeza» veis de servir a na dade de resposta, formar um novo g espera que o «Prim brevemente no Cair sições que possam «Frente de Firmeza ou refutaram quelq por iniciativa do p tretanto, os comba

No termo de um ra sessão que re quatro chefes de os seus ministros gócios Estrangeir como Yasser Arafadente da OLP, Abd Khaddam, ministr dos Negócios Estr declarou que se ti seguido um acordo todos os pontos ess não dando no ent nhum outro detalh

Khaddam, que é -voz da conferência sou que os minis Negócios Estrange países membros s riam (anteontem de para «elaborar um mento que conten as ideias que tenh objecto de um co

nô pintcha

24 de Setembro

n.º 515
Domingo
24 de Setembro
de 1978

HÁ CINCO ANOS NO BOÉ NOVA PERSONALIDADE SE AFIRMA NA VIDA DE UM POVO EM LUTA

«Reunida na Região Libertada do Boé, a 24 de Setembro, e exprimindo a vontade soberana do povo, a Assembleia Nacional Popular proclama solenemente o Estado da Guiné-Bissau».

Consumava-se assim, em poucas palavras, a aspiração de um povo a quem os colonialistas nunca quiseram reconhecer o direito inalienável de fazer ouvir a sua voz no concerto das nações do mundo.

É a afirmação do nosso Estado, em 24 de Setembro de 1973, após dez anos de luta armada. Um Estado soberano, republicano, democrático, anti-colonialista, anti-imperialista e não-alinhado, que tem como objectivo «a libertação do povo da Guiné e Cabo Verde e a construção da união dos dois territórios para a edificação de uma pátria africana em marcha para o progresso». Uma união de acordo com a vontade popular.

«Estamos aqui para cumprir a primeira missão histórica da nossa Assembleia Nacional Popular na sua-qualidade de órgão supremo da soberania do Estado da Guiné: proclamar a existência do Estado que de facto existe na Guiné; dotar este Estado de um Executivo e aprovar a primeira Constituição para a nossa nação africana».

«Vamos cumprir esta histórica missão com espírito

e patriotismo para estarmos à altura da confiança do nosso povo que nos elegeu e honrar a memória do grande líder do nosso povo, camarada Amílcar Cabral» — exprimiu desta forma a vontade do nosso povo em luta, de se governar a si próprio, o Presidente da Assembleia Nacional Popular, camarada João Bernardo Vieira (Nino), durante a sessão inaugural da 1.ª Le-



No festejo do 1.º aniversário em Boé, Na gravura os camaradas Aristides Pereira, Luiz Cabral e o ex-Secretário geral da OUA, William Eteki

gislativa desse órgão máximo do Estado.

NOVA VIDA, NOVAS RELAÇÕES HUMANAS E DE PRODUÇÃO

Desde o deflagrar da luta armada, a realização do primeiro Congresso, em Cassa-

cá, e do segundo, no Boé, a nova vida nas regiões libertadas exigia cada vez mais o enquadramento das populações numa nova ordem de relações humanas e de produção. As organizações de autogestão nos domínios social, sanitário, escolar, judicial, da produção e do co-

mércio, já eram um facto palpável a um nível suficiente para o lançamento de bases que caracterizam um Estado.

Era o Estado embrionário que estava já a ser criado na luta. Formaram-se comités administrativos e tribunais populares nos quais os camponeses participaram na eleição de juizes e nos julgamentos, num sistema judicial próprio, forjado no nosso país durante a luta.

DE UM NÚCLEO DE GUERRILHAS AUTÓNOMAS PASSAMOS A UMA FORÇA CENTRALIZADA

O Secretário-Geral do PAIGC, camarada Aristides Pereira, evoca claramente este problema da organização da vida, no seu discurso pronunciado por ocasião da proclamação do Estado da Guiné-Bissau;

«Já tínhamos conseguido operar uma mudança profunda nas relações de forças

que existiu e o nosso inimigo, como resultado de um desenvolvimento progressivo da nossa luta político-armada e das nossas regiões libertadas. Tínhamos passado de uma situação de núcleos de guerrilhas autónomas para uma situação nova, de uma força político-militar mais centralizada e mais organizada do nosso Partido que passou a ocupar efectivamente mais de dois terços do nosso território».

O PROGRAMA DA NATUREZA DO ESTADO É MAIS IMPORTANTE DO MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO

Criar um Estado significa a afirmação da nossa personalidade de homens livres e soberanos, e da cultura. Mas não basta o acto de criação do Estado que leve a destruir totalmente, reduzir a cinzas todos os aspectos negativos do estado colonial no nosso país, segundo o saudoso camarada Amílcar Cabral preconizava:

«Isto é verdadeiramente importante — citava Cabral. É o problema mais importante do movimento de libertação. O problema da natureza do estado criado, depois da independência é talvez o segredo do falhanço das independências africanas».

Um pensamento de orientação formulado e uma palavra de ordem a respeitar, é o que se extrai desse ensinamento de Cabral que todos devemos analisar e seguir.

Luiz Cabral na proclamação da independência

“O nosso Estado é uma realidade que nenhuma força poderá destruir”

«O nosso Estado da Guiné-Bissau é uma realidade que nenhuma força do mundo poderá destruir.

A luta continuará a ser dura e devemos preparar-nos para enfrentar e derrotar todas as tentativas do agressor colonialista com vista a cometer ainda mais crimes contra o nosso povo. É por isso, que o nosso Estado deve ser um Estado forte, bem organizado e bem dirigido. As nossas Forças Armadas, que hoje passaram a ser o exército regular de um Estado soberano, devem sofrer as transformações necessárias para fazerem face às grandes responsabilidades que lhes cabem, na defesa e na libertação do nosso território nacional».

«A transformação do Estado, que nós hoje proclamamos, num país moderno, no qual todos os seus filhos possam ter acesso à felicidade, depende unicamente da nossa acção na luta e no esforço de todos os filhos da nossa terra, que devem ser mobilizados para a grande obra que nos espera».

«UNIDADE, LUTA e PROGRESSO, a divisa do nosso Estado, deve ser a divisa de cada um de

nós, para fazermos face aos grandes problemas que temos a resolver».

«O caminho que escolhemos no dia da formação do nosso Partido, e que foi consagrado pelo desencadear da luta armada, permitiu-nos vencer hoje uma etapa que continha ainda em si os germes da confusão e do desencorajamento. Entramos na fase da vitória irreversível, para a qual dispomos do nosso Estado, instrumento poderoso que devemos reforçar e defender ainda, com a ajuda de todos os povos e governos anti-colonialistas e anti-imperialistas do mundo».

«Sobre os sacrifícios dos nossos heróicos mártires, sobre as ruínas calcinadas das nossas tabancas destruídas pelos criminosos colonialistas portugueses, surgiu a bandeira gloriosa do nosso Estado soberano, que irá flutuar em todos os cantos do nosso território para imortalizar a obra que estamos a realizar, para consagrar a libertação, a paz e o progresso do nosso povo da Guiné e Cabo Verde, ao serviço da África e da humanidade».

A Imprensa do regime colonial-fascista e o 24 de Setembro

Páginas e títulos de humor negro para o caixote de lixo da história «Centrais»

A IMPRENSA DO REGIME COLONIAL-FA



A independência da Guiné proclamada pelo P.A.I.G.C. "um acto de propaganda"

DACAR, (F.P.) — Segundo um comunicado publicado em Dakar pelo P.A.I.G.C.: «A primeira Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, reunida a 23 e 24 do corrente, nas regiões libertadas do Boé, a leste do país, proclamou, ontem, vinte e quatro, às 9.55 a República da Guiné-Bissau. «O Estado da Guiné-Bissau

foi dotado com uma constituição e a assembleia procedeu à eleição dum Conselho de Estado constituído por quinze membros e presidido por Luís Cabral, secretário-geral adjunto do P.A.I.G.C.»

REACÇÃO PORTUGUESA

NOVA IORQUE, (Nações Unidas), (F.P.) — A delegação

da Guiné e Cabo Verde (P.A.I.G.C.).

A delegação portuguesa na ONU publicou a seguinte declaração: «O anúncio dessa proclamação de independência é um acto de propaganda entre muitos outros destinados a mascarar a falta de êxito do P.A.I.G.C. Essa independência fictícia é desprovida de qualquer fundamento jurídico ou moral e não corresponde a nenhuma realidade».

Páginas e títulos de humor negro para o caixote de lixo da História

«Em Africa, não estamos em guerra — a nossa tropa limita-se a meras operações de polícia para proteger as fronteiras contra as infiltrações de bandidos vindos do exterior» — esta era a «verdade oficial» que a propaganda e a censura fascistas impunham ao povo português, num momento em que, aos olhos do Mundo, os povos em luta pela sua libertação marchavam em passos incontáveis para a vitória total sobre os opressores das suas pátrias. Para justificar perante um povo oprimido a morte de milhares dos seus filhos, mandados para uma guerra que não era a sua, a «informação pública» das forças armadas colonialistas debitava, dia após dia, listas de dezenas de mortos, a maioria dos quais «por acidente». Quando o «acidente» era bastante grave, a notícia era repartida por vários dias, ou mesmo meses, de modo a que o número de vítimas diárias não ultrapassasse aquele limite que o cinismo fascista julgava «decente». Muitos dos mortos portugueses da guerra ficaram assim muitos anos à espera de «autorização para morrer».

Quando a nossa anti-aérea pôs fim ao que restava do controle colonialista sobre o nosso território — o do céu — o povo português recebia com estupefacção notícias dum aumento mirabolante das avarias mecânicas nos aviões. Ao ser derrubado um helicóptero em que viajavam cinco deputados da então ANP (Acção Nacional Popular) a propaganda da mentira atrapalhou-se e serviu duas «verdades oficiais» ao mesmo tempo: tinha havido avaria no ar ou sabotagem em terra. O PAIGC não existia, claro, e muito menos — cruces, credo! — a artilharia anti-aérea.

Com a mesma imbecilidade sonolenta com que, certo dia, os coroneis da censura haviam proibido uma inocente notícia sobre um «record» de frio registado na Sibéria (porque o que acontecia «nas rússias» não interessava aos portugueses!), teriam igualmente «censurado» a guerra numa ponta à outra. E bem tentaram fazê-lo...

É neste contexto da imprensa portuguesa que devemos colocar as primeiras páginas de todos os órgãos oficiosos do regime colo-

nial-fascista publicadas poucos dias depois da proclamação da nossa independência em 24 de Setembro de 1973, e de que os artigos que hoje publicamos dão uma saborosa amostra. Do silêncio total sobre a guerra, a imprensa censurada salta repentinamente para um «fogo de barragem» de propaganda obsessiva e desesperada. Não são os desmentidos atabalhoados ou as diatribes e insultos lançados contra o nosso Povo e o nosso Partido que aqui têm qualquer importância real. O que, naquela situação, foi verdadeiramente significativo era a incomparável abundância de palavreado com que se tentava, desesperadamente, inventar um rumo impossível para a História, em contraste com o manto de silêncio com que sempre se tentara cobrir a guerra.

Ao gritar com quantas forças tinha que a proclamação da nossa independência era uma balela, a propaganda colonial-fascista estava a reconhecer perante o povo português que a besta opositora estava ferida de morte.

De referências à guerra colonial breves e quase in-

diferentes de que a tentar demonstrar um à vontade que não sentia, Marcelo Caetano passa, numa longa «conversa em família» televisada, à demonstração impossível de que Portugal continua a controlar a «sua» Africa. O caixeiro-viajante Rui Patrício expõe-se às gargalhadas do mundo civilizado para ir à ONU negar que a tropa portuguesa na Guiné não passa de uma força de ocupação estrangeira acantonada em alguns quartéis, cada vez mais isolados uns dos outros, no território de uma nação soberana. «A proclamação de independência não terá quaisquer repercussões», implora em tom de quem afirma. Alguns meses depois, o novo Estado já é reconhecido por mais de 70 países, e Portugal está em risco de ser expulso da ONU: «nenhuma repercussões» tem o discurso do palhacinho sem futuro.

Spínola, esse, é fiel a si próprio: acabado de fugir dum guerra que sabe perdida, lança para o «Diário de Notícias» as suas «certezas» sobre o PAIGC, sobre a guerra e sobre a geologia (!) da Guiné. Enquanto ocupa as horas vagas a escrever um livro no qual reconhece que a derrota militar está iminente e propõe novas (velhas) soluções que lhe garantam mais altos voos pessoais (há-de conseguí-lo para mal dos portugueses, mas por poucos meses...) faz exercícios de oratória para «provar» que o nosso Partido anda a milhas de distância da terra onde nasceu e sempre cresceu.

Continua na página 4

É impossível navegar cont

«Para fazer funcionar um Estado é preciso população, território e Governo... e ainda que quanto a popu-

lação e Governo seja fácil fantasiar montagens e simulações, quanto a território não haverá qualquer hi-

pótese de um mínimo realidade e consequentemente novo gesto». Estas foram as palavras



Spínola afirma:

"Para fazer funcionar um população, território e go

Muitas vitórias já tinham sido alcançadas pelas forças patrióticas nos campos de batalha e na arena internacional [que culminaria com a histórica visita às regiões libertadas de uma representação das Nações Unidas]. Mas a maior ainda foi a proclamação da independência da República da Guiné-Bissau, em 24 de Setembro de 1973, nas matas do Boé, onde o povo armado ergueu o punho, cantou a vitória e gritou mais uma vez o prosseguimento da luta para acabar com a guerra.

Foi o prelúdio da derrocada do colonialismo. O eco transbordou a nossa fronteira. A opinião pública mundial, conhecedora da representatividade e força do PAIGC, preparava-se para acolher a vitória total do nosso povo. O Governo português via cada vez mais as sua aventura embrenhar-se num beco sem saída, à medida que a sua propaganda ia sendo desmascarada pela verdade.

A proclamação da nossa independência teve um impacto positivo junto à população, ainda sob a dominação colonial—nos meios públicos portugueses — ao contrário do que Spínola quis fazer entender em declarações feitas em Portugal. Outro aspecto positivo foi o facto de, pela primeira vez, um comunicado do

PAIGC, captado de Dakar, ser difundido na Imprensa portuguesa, apesar da censura e comentários caluniosos a que foi submetido, o que não passava de um grito de desespero de um regime apodrecido de meio século, erigido pelo «Cónsul de Santa Comba Dão».

Duas alternativas se punham ao Governo português: ou continuar a guerra destruidora, ou procurar novas formas de dominação: o neocolonialismo. A segunda vinha sendo, ultimamente, defendida por Spínola no seu livro «Portugal e o Futuro». Contudo, nós sabemos que era impossível para esse país colonizador alimentar tal hipótese, pois encontrava-se, por sua vez, neocolonizado por forças europeias, não dispondo portanto, de po-

der económico que o permitisse fazer o mesmo nos países africanos.

Quanto à primeira hipótese, continuidade da guerra era uma perspectiva vedada. Os oficiais portugueses viam-se obrigados a escolher entre uma derrota militar vergonhosa e o descaideamento do golpe de Abril.

RUI PATRÍCIO NA ONU INDEPENDÊNCIA É FICTÍCIA E SEM FUNDAMENTO JURÍDICO

Em 27 de Setembro do mesmo ano, o então ministro dos Negócios Estrangeiros Portugueses, Rui Patrício, afirmava sarcasticamente na Assembleia Geral da ONU que: «se o PAIGC exerce algum controle sobre as populações ou territórios, estão todos situados na República da Guiné ou em outros países que consideram soberanos e dependentes».

Rui Patrício tentou não assim como Marcelo Caetano e Spínola, a existência de uma força militar e tica capaz de afirmar

CISTA PORTUGUÊS E O 24 DE SETEMBRO

o vento da História

o ex-general Spínola, então Governador da dita Guiné Portuguesa, de uma entrevista sua publicada no jornal português «Diário de Notícias», no dia 28 de Setembro de 1973, após cinco dias à proclamação do Estado da Guiné-Bissau.

A História é feita pelos povos e o nosso fez a sua, ou melhor refez a sua, que tinha sido enterrada pelo retrógrado colonialismo português durante séculos de dominação.

Volvidos cinco anos sobre a proclamação da República da Guiné-Bissau, estamos hoje, a recordar esses tempos idos, vivendo o presente e preparando o futuro, com sorriso nos lábios, recordando as declarações, entrevistas e notícias da imprensa colonialista a então «fantasma» da República da Guiné-Bissau.

A entrevista do antigo governador da «Guiné Melhor» (decerto melhor para os seus lacaios e muito pior para a grande maioria

do nosso povo) foi publicada no «DN» na primeira página, com título a seis colunas, num jornal de oito, e uma pequena notícia com este título: «**Em comunicado publicado numa capital estrangeira, o PAIGC proclamou a independência da República da Guiné-Bissau.**»

Depois de um confuso e despropositado discurso fastidioso sobre as características geológicas (!) da zona do Boé, dizia Spínola, que «o PAIGC designa por Madina do Boé a sua base Kamberra no Boé guineano sobre o meridiano de Madina a cerca de 10 quilómetros da fronteira. Neste quadro ambíguo, é perfeitamente possível ao PAIGC proclamar a sua independência em território da República da Guiné».

É curioso realçar que nesse momento, já Spínola se encontrava em Lisboa, depois de fugir duma guerra que seus «quadros am-

biguos» lhe asseguravam a derrota.

O ex-governador disse que já tinha percorrido pessoalmente toda a região do Boé e tentou descrever de uma maneira imprecisa as características da zona com acrobacias oratórias. O fantoche de monóculo tentava ocultar que, em Novembro de 1966, o exército colonial português fora expulso do seu quartelamento, de Madina de Boé, passando a área a ser controlada pelos guerrilheiros do PAIGC e jamais nenhum colonialista aii voltara a pôr os pés. Spínola sabia perfeitamente que estava a enganar o povo português, já que não podia enganar a opinião pública internacional, que não estava sujeita à mesma censura do regime fascista.

Spínola, como político que pretendia ser, sabia que a Guiné estava irremediavelmente perdida para o colonialismo português, e sabia-o desde a sua chegada à

nossa terra, em 1968. Tentou demagogicamente iludir o nosso valente povo com as suas vãs promessas de uma «Guiné Melhor», mas o povo não foi nisso. Então, despiu a pele do cor-deiro, com que chegou à Guiné e vestiu de lobo, começando a mostrar verdadeiramente quem era, enveredando pela escalada da guerra chegando ao ponto de tentar a guinearização do conflito, que opunha o nosso povo ao regime fascista de Portugal.

Quando o camarada Amílcar Cabral anunciou, numa conferência de imprensa em Argel, os resultados das eleições para a primeira Assembleia Nacional Popular, o governo colonialista português, através do seu chefe máximo em Bissau, que era Spínola, começou a mover os seus peões, de modo a impedir a proclamação do Estado da Guiné-Bissau. Um dos seus objectivos foi conseguido com a cumplici-

dade de traidores africanos: o assassinato do Secretário-Geral do PAIGC, camarada Amílcar Cabral. Mas os planos do nosso saudoso líder foram levados a cabo na sua totalidade pelos seus fieis camaradas.

Segundo Spínola, as regiões libertadas eram «mitos» a visita da Missão Especial a essas zonas foi um «enigma». E acrescenta «são os próprios africanos que nesse chão constroem com as suas mãos a verdadeira «independência» na perfeita «liberdade» e plena expressão e franco «progresso»... à luz dos princípios de uma portugalidade honestamente vivida».

«Não se vê — disse Spínola — que uma organização clandestina possa fundamentar um estatuto jurídico na ordem externa». E frisa ainda: «Não vejo que a questão tenha importância mais relevante do que todas as outras que in-

tegram a problemática que enfrentamos».

A terminar a sua arenga o criminoso de guerra diria que «no imediato, teremos de estar preparados para ouvir nas capitais de alguns países, na imprensa hostil e na Assembleia Geral das Nações Unidas, a habitual orquestra de censura».

«Não dou assim, ao facto, mais importância do que a todos os outros que ao mesmo problema respeitam. E entendo, por isso, que não haverá razão para deixar de encarar com o mesmo estado de espírito. Esta atitude que julgo dever ser de todos os portugueses, quem devem preocupar mais com atitudes positivas de procura de soluções válidas para o conjunto dos problemas do país, do que os gestos espectaculares, mas vazios de um inimigo conhecido». Assim, tentou o ex-governador da «Guiné Portuguesa» cobrir o céu com as mãos

tado é preciso
erno"

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

OS MOVIMENTOS TERRORISTAS EM ÁFRICA

NÃO CONSEGUIRAM AINDA COISA NENHUMA

SENÃO INVENTAR A MENTIRA DOS TERRITÓRIOS "LIBERTADOS"

— AFIRMOU, NA SUA "CONVERSA EM FAMÍLIA" DE ONTEM, O CHEFE DO GOVERNO

berania do nosso povo dentro do nosso país. Mais grave do que não, reconhecer a auto-determinação e a independência foi o pé que esse ministro meteu na poça, ao negar a existência do movimento, a ponto de se achar capacitado a dissertar sobre a definição obscurantista dos movimentos de libertação.

«Os movimentos de libertação — dizia ele — são grupos de indivíduos que assim se intitulam através de um processo de auto-eleição... e que a independência fictícia era desprovida de qualquer fundamento jurídico ou moral e não corresponde às condições que prevalecem nes-

sa província portuguesa onde a administração portuguesa exerce efectivamente o controle total».

Como é fácil de concluir, a campanha de um regime fictício interna e externamente viola a verdade para chamar de «fictícia» um facto que a realidade nunca poderia ignorar.

Aliás, consciente ou inconscientemente, o ex-general Spínola, que então acabava de abandonar discretamente o comando das forças coloniais na Guiné, sem concluir o segundo mandato a que fora proposto — o que já revelava uma eminente derrota da sua execução — esse monóculo assegurara, em declarações

prestadas ao «Diário de Notícias», a 27 do mesmo mês, que, «tal como tem sucedido com outros eventos da mesma aparente dimensão, em breve a poeira assentará de novo e a transparência da realidade voltará a ser clara».

Palavras de humor, mas mais do que isso, são desprovidos de um sentido lógico do real. E em boa verdade, a transparência da realidade era si já era um facto irreversível e a própria ONU recusou, por várias vezes, o convite formulado por Portugal para visitar a Guiné. Os diplomatas das Nações Unidas estavam já ao corrente da situação e perceberam o desespero dos

nossos ocupantes que tudo fizeram para impedir a visita efectuada pelo mesmo organismo às regiões libertadas, nas vésperas da independência, respondendo a um convite do PAIGC. Spínola ficou tão atrapalhado — mas não, o quis mostrar — que a considerou de «uma visita envolta no mais denso enigma».

«A ONU TORNAR-SE-IA NUMO MERA SUCURSAL DA OUA»

O então chefe da diplomacia portuguesa, Rui Patrício, ao perceber a encruzilhada em que o seu Governo se metera, no perigo de ser espulso da ONU, dada as posições tomadas por

muitos países amantes da paz que viriam em menos de um mês, reconhecer em massa a jovem nação forjada na luta, tentou justificar a situação com acusações e condenações descabidas. Um dos pretextos foi que a influência de estados africanos nos debates e nas resoluções da ONU eram dominantes. Eis uma das suas frases:

«Vota-se com a África para agradar a África, mas contra os interesses da África», e que a continuar certa tendência «a ONU se tornaria numa mera sucursal da OUA».

Não são de admirar essas lamentáveis interpretações sem fundo, se bem que es-

se pombo correio de Marcelo Caetano tinha as razões que o levaram a tais acusações: A ONU já não acudia as suas implorações por um lado, por outro lado, ele considera a «OUA» uma organização racista porque contestava a legitimidade do Estado Português como Nação Africana», no chamado conceito pluricontinental.

Era uma situação embaraçosa para o Gabinete Tomás-Caetano e agravava vertiginosamente com o despertar da consciência do povo e dos jovens militares portugueses que viria a saldar-se na alvorada do 25

Continua na página 4

DEPOIS DE ANUNCIADA EM DACAR A "INDEPENDÊNCIA" DA NOSSA GUINÉ

O GENERAL SPINOLA AO "DIÁRIO DE NOTÍCIAS":

«PARA FAZER FUNCIONAR UM ESTADO É PRECISO POPULAÇÃO, TERRITÓRIO E GOVERNO... E AINDA QUE QUANTO A POPULAÇÃO E GOVERNO SEJA FÁCIL FANTASIAR MONTAGENS E SIMULAÇÕES QUANTO A TERRITÓRIO NÃO HAVERÁ QUALQUER HIPÓTESE DE UM MUNDO DE REALIDADE E CONSEQUÊNCIA DESTES NOVOS GESTOS.»

EM COMUNICADO PUBLICADO NUMA CAPITAL ESTRANGEIRA O P.A.I.G.C. PROCLAMOU A INDEPENDÊNCIA DA "REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU".

A imprensa do regime colonial fascista português e o 24 de Setembro



Dois dos jornais lisboetas de maior tiragem, o Diário de Lisboa e o Diário Popular, também deram a notícia da proclamação do Estado da República da Guiné-Bissau, no dia 28 de Setembro, e publicaram igualmente «conversas em família» de Caetano.

O «DL» deu a notícia da proclamação do Estado da Guiné-Bissau, na primeira página através de um telegrama com este título a três colunas: «a independência da Guiné proclamada pelo PAIGC «um acto de propaganda». A notícia foi feita de um telegrama da «France Press» vinda de Dakar, que reportou um comunicado emitido pelo P.A. I.G.C.

A notícia dizia «a primeira Assembleia Nacional Popular da Guiné Bissau, reunida a 23 e 24 de corrente, nas regiões libertadas do Boé, a Leste do país, proclamou(...) a República da Guiné-Bissau».

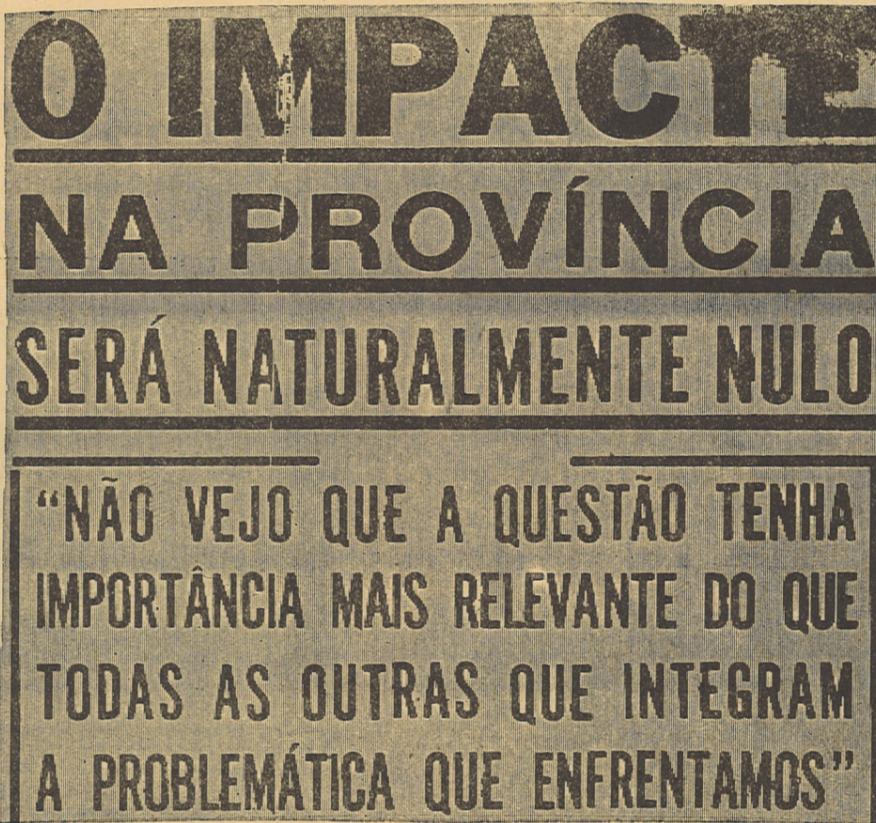
«O Estado da Guiné-Bissau foi dotado com uma constituição e a Assembleia

procedeu à eleição dum Conselho de Estado constituído por quinze membros e presidido por Luiz Cabral, Secretário-Geral adjunto do PAIGC».

O mesmo jornal trazia mais uma notícia sobre a reacção de Portugal por intermédio da delegação portuguesa nas Nações Unidas. A delegação publicou uma declaração na qual tentava, neste termos mesquinhos, desmentir a proclamação da nossa independência «é um acto de propaganda» destinados a mascarar os malogros do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde.

O comunicado da delegação portuguesa dizia mais: «o anúncio dessa proclamação de independência é um

acto de propaganda entre muitos outros destinados a mascarar a falta de êxito do PAIGC. Essa independência fictícia é desprovida de qualquer fundamento jurídico



Entrevista de Spínola

Cont. das centrais (Suple.) de Abril de 1974.

MARCELO EM «CONVERSA DE FAMÍLIA»: ESTOU CHEIO DE PREOCUPAÇÕES

Num discurso em «conversa de família», programa periodicamente difundido na Rádio e na TV, Marcelo Caetano, depois de uma atabalhoada referência sobre as eleições da Acção Nacional Popular que então se aproximavam e em relação às quais afirmava ser «o meu desejo que dentro do Regime se exprimissem as correntes de opiniões que as circunstâncias justificassem», mostrou-se receoso

do vento que soprava do lado oposto. Tinha medo das forças democráticas que de uma ou outra forma pudessem candidatar-se apesar das limitações e controle mascarado nas votações — e, consequentemente, da crise que levaria a derrocada do fascismo.

«Eu pergunto se, embora disposto a examinar fria e analiticamente, como tenho procurado fazer, o problema do Ultramar — é possível ao Governo deixar infiltrar aqui o inimigo para este realizar uma campanha derrotista para fuzilar pelas costas os soldados que se batem no Ultramar.

«Pois na luta subversiva — prosseguiu ele desespera-

do — é ainda muito mais perigoso a infiltração do inimigo na retaguarda, que aliás já se deu. E é muito mais grave dar-lhe liberdade de acção. Assim é que ao concluir cinco anos de Governo, estou cheio de preocupações.

Não quero impor-me ao país. No dia em que os portugueses entenderem ser tempo de me libertarem de tão tremendo fardo que pesa sobre os meus ombros, a'egrementemente voltarei à minha vida, com a consciência de ter procurado cumprir, em circunstâncias difíceis, o meu dever».

É IMPOSSÍVEL REMAR CONTRA O VENTO DA HISTÓRIA

A situação política, mili-

tar e económica era tão degradante que certas declarações públicas, mesmo que bronzeadas com frases bonitas e delicadas, não podiam fugir à verdade dos factos, como se conclui nestas declarações de «óbito» de Caetano.

Temia-se tanto que o tempo viesse a pôr as coisas no prato, e as declarações demagógicas dos seus dirigentes visavam, sobretudo, ganhar tempo à História. Mas como a História é uma roda em movimento sem retrocesso, constitui um suicídio do regime de Salazar-Caetano remar o barco contra o vento da História.

Independência da Guiné proclamada pelo PAIGC "um acto de propaganda"

ou moral e não corresponde às condições que prevalecem nessa província portuguesa».

O «DL» publicou ainda uma notícia que aventava a hipótese de consultas entre os nove membros da Comunidade Económica Europeia e os 15 membros da NATO e se referia às posições do Governo holandês contra a política colonial portuguesa.

Nas habituais «conversas em família» de Caetano, o «Diário de Lisboa» não reproduziu as partes do discurso em que o chefe do governo fascista português

tentava desmentir a proclamação da independência da Guiné-Bissau. Pelo contrário, aludiu a uma passagem que falava das nossas importantes vitórias políticas e diplomáticas.

DIÁRIO POPULAR: A PRETENZA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU

O «Diário Popular», por sua vez, deu a notícia na página sete, com este título: «A pretensa proclamação da República da Guiné-Bissau»,

a três colunas. O vespertino lisboeta depois de citar o comunicado emitido pelo PAIGC, que foi transcrito pela France Press, anunciando a existência do Estado da Guiné-Bissau e da reacção da delegação portuguesa na ONU, inseriu um comentário não assinado.

O referido comentário dizia nomeadamente «a pretensa proclamação da independência da República da Guiné-Bissau insere-se, como é fácil de entender, no quadro de operação que integra os jogos de «tudo vale» da chamada guerra subversiva».

O comentarista afirma ainda que a declaração da existência do Estado da Guiné-Bissau era um acto de «propaganda» e que teve por objectivo «manipular a opinião pública», e acrescenta: «O PAIGC não domina qualquer parcela do território da nossa Guiné».

«Durante cinco anos de governo a defesa do ultramar não afrouxou» era o título da «Conversa em Família» de Caetano, que vinha publicada na página nove do «DP». O discurso do antigo chefe do governo fascista foi publicado na íntegra.

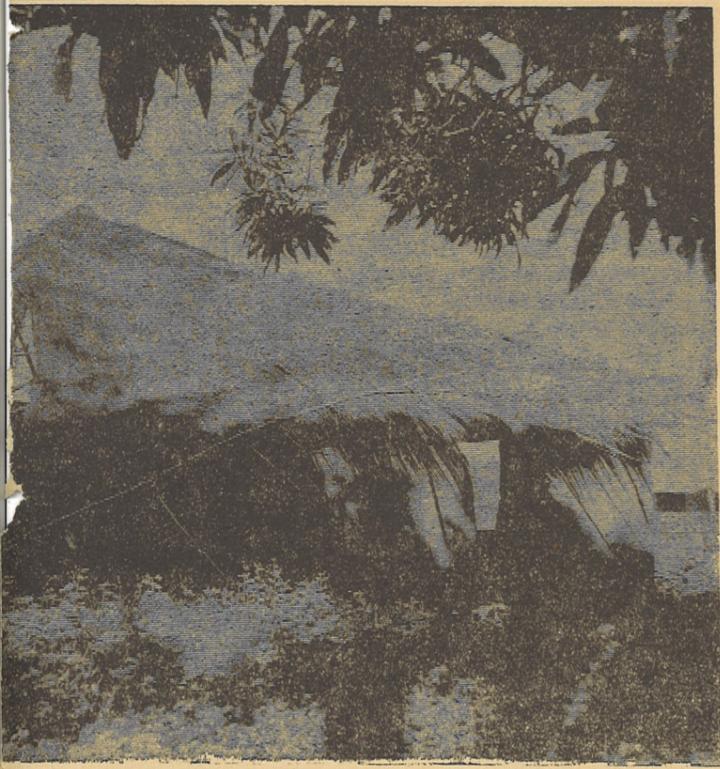
Páginas e títulos de humor negro

Cont. das centrais (Suple.)

Tarde, demais, como sempre, a propaganda e a censura fascistas apercebiam-se que o silêncio obrigatório sobre a guerra já de nada servia para manter o povo português na ignorância, e vá de empanturrá-lo de um dia para o outro, de gritaria. De nada lhe servia mais que a censura tentasse a tática anterior — por ocultar o que se passava nas colónias, os próprios soldados portugueses, antes de embarcar para a Guiné, sabiam até os nomes de alguns dos mais destacados comandantes guerrilheiros, e era frequente ouvirem-se-lhes frases como esta (se-

gundo relatos de antigos soldados): «Se vais para a zona do Nino, estás lixado». De nada lhe serviria, tampouco, a nova «tática» de propaganda. Uma página «a História estava a ser voltada».

Finalmente, no meio dos enormes títulos que enchiam de pânico as primeiras páginas da imprensa do regime, uma nota de humor decrépito: o Américo Tomás sorri, num fotografia de fundo de página enquanto corta uma das inúmeras fitinhas da sua carreira. A História que crepita à sua volta não parece dizer-lhe respeito: nunca nela teve lugar...



Uma das escolas improvisadas do Ilhéu do Rei.

do aí, quem o faz e como o fazem, visto que muita gente cá de Bissau, nunca lá pôs os pés.

A travessia decorreu sem incidentes, animada de vez em quando pelas gargalhadas dos trabalhadores que gracejavam e trocavam piadas durante toda a viagem.

Logo que saltámos para o pequeno pedaço de terra, aventurámo-nos pelas tabancas adentro e, a primeira pessoa com quem deparámos, foi um jovem de quinze anos, chamado Marcelino e que anda na 4.ª classe, e que nos disse:

«Aqui no ilhéu, esforçamo-nos no duro trabalho agrícola, para recuperarmos os prejuízos provocados pela seca. Particularmente, nós, jovens, sabemos qual o papel que nos cabe neste momento da luta para a concretização dos objectivos do nosso Partido.

ANDAR COM A ESCOLA AS COSTAS.

Mais tarde, falando-nos a respeito da Educação, o nosso interlocutor diria:

Ilhéu do Rei no processo da Reconstrução Nacional Trabalha-se duro na agricultura para recuperar os prejuízos da seca

«Não podemos dizer que temos escolas cá, mas todos os jovens estudam. Antes tínhamos uma escola improvisada debaixo duns mangueiros, mas depois vieram os morcegos e tivemos que mudar para a cozinha da fábrica da ex-Gouveia. Mas o gerente não nos quis lá, não sabemos porquê. Depois, improvisámos uma outra escola, que não se aguentou em pé. Quando recomeçar o ano lectivo, lá voltaremos a improvisar qualquer coisa...

«Agradecemos ao jovem, que tinha pressa porque ia para o quintal dos pais, no djiu, todas as famílias têm quintais de mandioca, milho e batata doce. Mais adiante durante a nossa caminhada, encontrámo-nos com o Presidente do Comité, camarada Félix, que ia para um «chôro». Depois de feitas as apresentações aquele camarada disse-nos que os trabalhos decorriam muito bem, melhor que antigamente, porque agora trabalha-se num clima de camaradagem, confiança e, sobretudo, de liberdade. O problema principal dos ilhéus, é o que diz respeito à saúde e educação.

O ilhéu não dispõe de es-

cola nem de posto sanitário. Quando nos falava dessa situação, o camarada Félix disse-nos: «até agora, não temos um único posto sanitário apesar de andarmos a pedi-lo há já três anos. A falta de um posto sanitário trouxe-nos sérios problemas como o de ontem, por exemplo.»

E começou por relatar o que tinha acontecido nesse dia. Disse-nos que um rapazião tinha sido atacado de súbita diarreia. Os pais, aflitos, levaram-no para o pequeno cais para conseguirem uma boleia no barco para Bissau. Chegados ao cais, tiveram que ficar aí um tempão a pedir aos do barco, e só depois estes acederam a levar o menino. Foram até quase ao meio da travessia mas o petiz já não padecia mais, porque tinha dado o seu último suspiro.

A rematar, disse-nos: «o que aconteceu ontem, talvez não acontecesse se tivéssemos um posto sanitário.

No que diz respeito à Educação, esse camarada disse-nos que eles próprios tinham construído uma escola aonde mandar os fi-

lhos, mas que, por falta de meios, não conseguiram palha suficiente para cobri-la, e a escola acabou por cair.

Pediram materiais ao Comissariado da Educação, que lhes disse sempre para esperarem.

UM ESFORÇO DE PROMOÇÃO AGRÍCOLA

Ao abordarmos a questão agrícola, o camarada Félix disse-nos que se tem lavrado muito no «djiu», e que as chuvas ajudaram também muito na diversificação das culturas.

«Recuperámos várias bolanhas que até aqui não se lavravam e, com tudo isto, pensámos abastecer-nos; cultiva-se muito aqui no ilhéu e podemos dizer que fornecemos muita mandioca à capital.» Acrescentou.

Contactámos também o camarada Silvério Carvalho de Alvarenga, responsável da juventude local, que nos disse o seguinte:

Podemos dizer que no sector juvenil já se fez

qualquer coisa, visto que quase todos os jovens vão à escola improvisada. Também organizámos um campeonato de defeso que disputado por quatro equipas femininas e quatro masculinas.

Entre os ilhéus, são muito poucos os que trabalham nas fábricas da Gouveia e dos Armazéns do Povo. A grande maioria desses trabalhadores vêm de Bissau. A população local trabalha na agricultura e na criação de gado.

As mulheres, essas, estão sempre ao lado dos homens ajudando-se mutuamente na estação seca, fazem as suas hortas com diversos legumes com predominância para o tomate.

Juntamente com os camaradas Félix e Silvério, demos uma volta pelo ilhéu. Queremos aqui ser intérpretes do apelo daqueles camaradas e autoridades da Educação e da Saúde, para que façam esforços no sentido de darem ao ilhéu de, pelo menos, uma escola e um posto sanitário.

a árabe à ofensiva diplomática da "Frente de Firmeza"

Os países árabes membros da Frente de Firmeza, em todas as medidas susceptíveis e a reforçar a sua capacidade o presidente Sadate, pensa egípcio ao mesmo tempo que o primeiro-ministro, Menahem Begin, esteja a assinar a paz». A par das propostas tomadas pelos países da Frente de Firmeza, os Estados árabes discordaram do acordo assinado em Camp David, pelo presidente Carter. No sul libanês, en-

Os chefes de Estado e Arafat, acrescentou, encontraram-se mais tarde para aprovar o documento.

O chefe da diplomacia síria revelou por outro lado que o coronel Khadafi conversara telefonicamente com o rei Hussein. Últimas notícias dizem que Khadafi e Arafat se avistaram com Hussein, na Jordânia. O presidente Assad, disse Khadafi, contactou igualmente com os soberanos hachemita.

Respondendo a uma questão sobre a possibilidade de ver o Iraque juntar-se à «Frente de Firmeza» Kahadafi disse: «acolhemos favoravelmente todo o país árabe que tenha fé nos objectivos e no programa des-

ta frente e que manifeste o seu desejo de a ela aderir.

Para muitos dos observadores em Damasco, não se poderá julgar a verdadeira dimensão desta terceira cimeira a não ser daqui a algumas semanas, sejam quais forem as decisões concretas ali tomadas. A reunião, soube-se de fonte diplomática, devia terminar na sexta-feira à tarde, ou o mais tardar, ontem de manhã, ou seja, a algumas horas da visita relâmpago, a Damasco, do secretário de Estado norte-americano, Cyrus Vance.

Yasser Arafat, que chefiou a delegação palestina naquela cimeira, declarou entretanto, na terça-feira que os interesses norte-americanos no Próximo-Oriente, sofrerão reverses a partir dos acordos concluídos em Camp David. «Camp David não determinará o futuro do nosso povo. Os acordos ali concluídos não passam de uma malha na conspiração tramada contra nós. Ninguém poderá pôr de joelhos a Nação árabe», acrescentou.

A NEGATIVA DA NAÇÃO ARABE

No entanto, e apesar das rejeições árabes, o departamento norte-americano diz não desistir de encontrar uma «nova hipótese» de convencer os parceiros árabes das vantagens da solução proposta em Camp David.

De facto, os dois aliados tradicionais de Washington, com os quais o E.U.A. contavam para interinar os acordos israelo-egípcios patrocinados pelo presidente Carter, opuseram-se, pela primeira vez a uma iniciativa americana de tal envergadura numa atitude peremptória algumas horas antes da digressão de Cyrus Vance pelo Próximo-Oriente, em busca da adesão dos seus interlocutores árabes.

O governo saudita, reunido pelo rei Khaled decidiu que os acordos de Camp David eram «inaceitáveis», da mesma forma que o rei Hussein rejeitou «qualquer participação separada de um país árabe numa solução de natureza a enfraque-

cer a nação árabe». Um encontro de alto nível ficou estabelecido entre responsáveis destes dois países para examinarem a situação no seguimento dos resultados da cimeira tripartida, soube-se de boa fonte.

O Yémen Democrático, o Katar, os Emiratos Árabes Unidos, condenaram ou exprimiram reservas quanto aos acordos de Camp David considerando que «não constituam uma solução equilibrada para o problema do Próximo-Oriente».

O Conselho Mundial da Paz condenou igualmente as decisões da cimeira de Camp David, considerando que aquelas estão em contradição com a maioria das resoluções adoptadas pelas Nações Unidas como base de um acordo justo para o Próximo-Oriente.

AS ESPERANÇAS DE SADATE

O presidente Sadate, pensa formar um novo governo egípcio e proceder a uma remodelação total das instituições do Estado, logo que

regresse (ontem) ao Cairo. Sadate diz ainda esperar que o «Primeiro-Ministro israelita, Menahem Begin possa vir brevemente ao Cairo para assinar a paz» ao mesmo tempo que reafirma que não «haverá mais guerra entre os dois países, que viverão na compreensão e na cooperação».

Segundo o quotidiano «Al Ahram», que noticiava na quinta-feira as declarações do presidente Sadate aos representantes da comunidade egípcia nos Estados Unidos, o chefe de Estado indicou que «esta remodelação é destinada a responder a todas as necessidades da população, a pôr termo à rotina administrativa e a estimular o élan do povo na nova etapa».

Por outro lado, Sadate revelou que se pronunciará a favor da reunificação de Jerusalém, na cimeira de Camp David. O chefe de Estado egípcio diria então que «Jerusalém não voltaria a ser dividida. Ela será uma única cidade. Eu propus uma administração conjunta israelo-árabe para toda a cidade».

DIA NEGRO PARA A NAÇÃO ARABE

«Segunda-feira, 18 de Setembro, dia negro para a nação árabe». Este «slogan» repetido em coro na quinta-feira, no Líbano, pelos manifestantes palestinos e progressistas libaneses, ilustra a reprovação e a crítica dos palestinos contra os acordos «derrotistas» assinados em Camp David.

Respondendo ao apelo de greve geral lançado pela resistência palestina, os palestinos do Líbano (mais de 400 mil), observaram a greve em Beirute e em outras cidades do país nomeadamente em Saïda (sul libanês), Baalbek (Líbano central) e Tripoli (norte libanês).

O movimento foi seguido pela população libanesa destas mesmas regiões.

Entretanto, após uma breve acalmia na madrugada de quinta-feira, tornaram-se a registar tiroteios entre as forças conservadoras e palestino-progressistas no sudoeste do Líbano. — (FP)

"Para um bom trabalho é preciso que o árbitro tenha a ajuda de dirigentes de clubes

— Afirmou Alfredo Nunes

«Voltar a arbitrar na próxima época foi o que decidimos na reunião que efectuámos no passado dia 11 na sede da Comissão Central de Arbitros. Depois de longo debate, concluímos que qualquer atitude contrária àquela que tomamos não iria de modo algum ao encontro dos objectivos do nosso Partido». Foi com estas palavras que o camarada Alfredo Nunes, Vice-Presidente da Comissão Central de Arbitros de Futebol da Guiné-Bissau, começou a abordar as várias questões que lhe colocámos, nomeadamente sobre a estrutura daquele organismo, a sua organização e as dificuldades com que têm deparado nestes quatro anos da sua actividade.

O aspecto marcante daquela reunião foi o de todos os filiados da Comissão de arbitros terem resolvido permanecer em funções, embora continuem a insistir junto do Conselho Superior do Desporto para que sejam tomadas medidas que assegurem a sua segurança física e ponham termo a onda de violência que tem desprestigiado o nosso futebol.

Nesse nosso contacto com os homens do apito, ressaltou-nos à primeira vista uma grande vontade por parte destes de estabelecerem diálogos com os órgãos de informação nacional sobre os vários aspectos respeitantes ao seu trabalho.

O nosso interlocutor frisou-nos que há muito que os árbitros se vêm lastimando pelo facto do «Nô Pin-

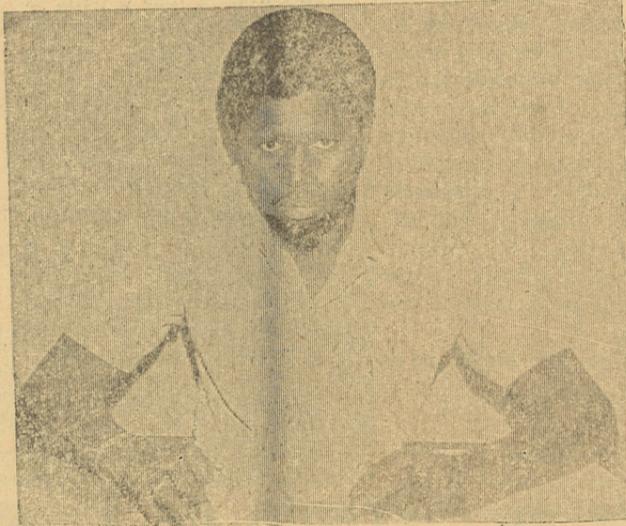
tcha», durante todos estes anos, se limitar a ouvir e divulgar opiniões do público, de jogadores, de treinadores e de outros sectores ligados ao futebol, sem se preocupar também em ouvir os árbitros e divulgar as suas opiniões.

Depois desta crítica, que reconhecemos como justa pelo que, de futuro, faremos todos os possíveis para ter um contacto regular com aquele organismo — Alfredo Nunes voltou ao nosso principal objectivo, falando desta feita da situação da arbitragem herdada do colonialismo. Segundo as suas palavras, a Comissão de Arbitros era nessa altura muito pobre no capítulo de estruturas e organização. Alguns dos poucos árbitros que eram filiados daquela Comissão

demitiram-se devido a dificuldades de vária ordem, sobretudo as encontradas nos diferentes jogos que arbitraram. «Eu, pessoalmente, sou um dos que deixou de arbitrar, passando a dar a minha colaboração apenas na organização dos jogos», frisou Alfredo Nunes.

PRINCIPAIS DIFICULDADES

Ao contrário do que muita gente pensa, a Comissão de Arbitros não tem nenhum orçamento pré-destinado. Ela vive — segundo o seu vice-presidente — dos 10 por cento retirados dos prémios dos jogos que cada árbitro recebe depois de apitar uma partida, e de uma quota de 25 pesos que



O camarada Alfredo Nunes

cada árbitro paga como filiado da Comissão. «Este fundo está aquém das nossas necessidades. Para além de acudir aos nossos filiados em dificuldades (medicamentos, quando estão doentes ou uma ajuda quando alguém da família morre), comprámos os nossos próprios equipamentos, os quais por vezes não vêm da Federação. É ainda desse fundo que organizamos um jantar de confraternização anual com todos os filiados. Um outro processo que utilizamos para angariar fundos é o torneio que organizamos no final de cada época desportiva», explicou-nos o vice-presidente da Comissão.

Para Alfredo Nunes, as dificuldades mais prementes são aquelas que os árbitros encontram diante do público, que vê neles gente pronta a prejudicar as suas equipas. O nosso interlocutor afirma, no entanto que tem a certeza de que não haveria tantos problemas entre árbitros e públicos se os dirigentes das equipas compreendessem melhor o papel dos árbitros.

Para um bom trabalho é preciso — disse que o árbitro tenha a ajuda dos dirigentes dos clubes. Aliás, estes devem primeiramente em relevo o desporto e só depois as suas equipas. Devem evitar manifestar publicamente as suas discordâncias, mas sim fazê-las seguir por vias legais. Basta uma palavra ofensiva do dirigente de uma equipa dirigida à equipa de arbitragem para que os adeptos daquela equipa arranjam distúrbios. Distúrbios esses que se traduzem por vezes em agressões físicas à equipa de arbitragem, as quais provocam não só o abandono das actividades por parte dos árbitros agredidos, mas também a prisão por vezes dos elementos implicados no acto.

equipa foi derrotada. Referindo-se aos atletas, o nosso interlocutor realçou o comportamento correcto da maior parte deles, sublinhando que só um ou outro segue o exemplo de certos dirigentes (protestos contra certas decisões dos árbitros por falta de conhecimento das leis de jogo).

PROJECTOS

Existem projectos que visam a criação de Comissões Regionais de Arbitros. Todavia, estes encontram-se ainda na fase de estudo, prevendo-se que se concretizem quando vier o Presidente da Comissão Central, que se encontra no estrangeiro.

FORMAÇÃO DE ARBITROS

No que concerne ao curso de formação de árbitros, o camarada Ramiro Morgado, responsável por este curso, afirmou-nos por seu lado estarem presentemente a frequentar esse curso 15 candidatos. Esses candidatos já prestaram provas de campo, tendo os resultados sido muito bons. Só falta prestar a prova escrita, a qual constará de leis de jogo.

COMO SE PROCESSA A SUBIDA DE ESCALÕES

Actualmente existem apenas 3 árbitros da primeira classe: são eles Ramiro Morgado, Arnaldo Moraes e Orlando Furtado. Na segunda classe, a Comissão de Arbitros conta com oito juizes: Romão Morgado, José Paulo Martins, Gregório Badupa, José de Pina, Leonardo Cabral, J. Gomes e Arnaldo Marques. Na terceira classe há cerca de 45 árbitros. Há ainda 15 estagiários.

A subida de escalões processa-se de seguinte maneira: um candidato a árbitro de futebol, depois de frequentar o curso durante cerca três meses e ficar aprovado nas provas de campo e prova escrita (leis de futebol), passa a estagiário. Depois desta fase, que dura aproximadamente dois anos, é considerado árbitro de terceira classe. Neste novo escalão, para ascender à segunda classe terá que restar em actividade durante dois anos, arbitrando no mínimo 10 provas oficiais da primeira categoria. Só depois disso, e mediante o seu trabalho, é que é considerado árbitro da segunda classe.

Para se ascender a árbitro da primeira classe, os candidatos, para além de terem de prestar dois anos

de serviço como árbitros da segunda, têm ainda de fazer um requerimento a Comissão Central de Arbitros. Depois disso são submetidos a prova escrita que consta de leis de futebol.

Segundo Ramiro Morgado está prevista para breve a selecção de árbitros da segunda classe para candidatos a juizes da primeira. «Estes camaradas depois de seleccionados terão de cumprir as normas exigidas para ascensão a primeira classe», explicou Ramiro Morgado.

ALISTAMENTO DOS Nossos ARBITROS NO CAF E FIFA

No respeitante à integração dos nossos árbitros na Confederação Africana de Futebol (CAF) e Federação Internacional de Futebol (FIFA), o camarada Ramiro Morgado abordou assim a questão: «Nós temos constatado que os árbitros que têm vindo ao nosso país arbitrar as partidas internacionais têm o mesmo nível que o dos nossos árbitros. Sem a mínima intenção de menosprezar, esses árbitros não têm praticamente evidenciado algo que os nossos não sejam capazes de fazer», afirmou Ramiro Morgado para logo a seguir frisar que tiveram há tempos uma reunião com o camarada Avito José da Silva, presidente da Federação Nacional. Nele abordaram questões relacionadas com o alistamento de alguns dos nossos árbitros na CAF e na FIFA. «O camarada Avito prometeu-nos tratar desse assunto a nível destas duas organizações internacionais. Só que, já passou um ano, desde que se falou nisso, e ainda não recebemos resposta nenhuma a este respeito. Aliás, naquela reunião ficou assente que os árbitros que seriam inscritos na CAF e FIFA se submeteriam a um estágio que, em princípio, seria orientado por um árbitro estrangeiro», disse o nosso interlocutor.

A terminar, Ramiro Morgado afirmou que é de transcendente importância inscrever os nossos árbitros naquelas duas organizações. Isto não só por estarmos já no nosso quarto ano de independência, mas sobretudo pelo facto de a maior parte dos nossos juizes de futebol estarem a altura de representar a Nossa Comissão Central a nível internacional.

Farmacias

HOJE — «FARMACIA MODERNA» — Rua 12 de Setembro, telefone 2702.

AMANHÃ — «FARMACIA HIGIENE» — Rua António N'Bana, telefone 2520.

Cinema

MATINÉ — «O TRITURADOR» — às 18 h, 30 min. M/13 anos.

SOIRÉE — «O PISTOLEIRO DA NOITE» — às 21 h, 45 min. M/18 anos.

Telefones

Bombeiros Voluntários — 2222.

POLICIA; 1.ª Esquadra 3888 — 2.ª Esquadra — 3444.

CORREIOS; — Informação 2600 — Radiodifusão Nacional 2430 — Aeroporto /4 — TAP 3991/3 — LIA 3004 — Aeroflot 2707 — Air Argelie 3775/7.

Chegadas e partidas de navios — 2922/5.

COMPANHIA DE ELECTRICIDADE E AGUAS

Gabinete do Director e Serviços Administrativos — Telefone 2411; fone 2414 (7 à 1h).

Brigada da Assistência aos Consumidores — Telefone 2414 (7 à 1h).

Descobertas tentativas de agressão ao Madagáscar

ANTANANARIVO 20 — O Madagáscar foi vítima de ameaça do exterior. Submarinos foram detectados ao largo da costa malgache e vários aviões, não identificados, violaram o espaço aéreo no domingo e segunda-feira passada anunciou anteontem um comunicado governamental radiodifundido.

Este comunicado seguiu-se às diversas medidas tomadas nos últimos quatro dias, particularmente a movimentação desabitual das forças armadas em todos os aeródromos do território malgache.

O comunicado, que apela à população a redobrar a vigilância pela defesa das conquistas da Revolução Socialista Malgache, atribui as ameaças ao imperialismo internacional e mais particularmente à África do Sul. — (FP).

Namíbia: "Só a luta armada pode levar a uma verdadeira independência" — lembra a OUA

ADDIS-ABEBA, 23 — A OUA pediu anteontem que severas sanções influentes no embargo obrigatório do fornecimento de petróleo, sejam aplicadas à África do Sul pelo Conselho de Segurança da ONU. Esta medida foi também aconselhada pelo Comitê Especial da ONU contra o Apartheid, devido à decisão de Pretória de proceder unilateralmente as eleições na Namíbia, violando as decisões das Nações-Unidas.

Numa declaração publicada na sede da OUA em Addis-Abeba, a organização declara que ao anunciar a realização de eleições na Namíbia em Novembro, John Vorster, que se demitiu no decorrer desta semana do posto de Primeiro-Ministro da África do Sul, «pôs directamente em causa os autores do plano ocidental para a independência da Namíbia».

A organização lembra que só a luta armada pode levar este território a uma verdadeira independência. A OUA precisou por outro lado que apoia o plano ocidental que prevê eleições democráticas. E pediu aos líderes namibianos para se unirem pe-

rante esta prova e dizerem não às propostas de Vorster.

O Conselho de Segurança das Nações-Unidas reuniu-se amanhã para adoptar o programa de acção do secretário-geral da ONU para a aplicação do plano ocidental sobre a Namíbia, apesar da decisão de Pretória de realizar eleições neste território sem a supervisão da ONU.

A manobra dos racistas sul-africanos foi condenada em toda a parte. A igreja anglicana da Namíbia declarou na quarta-feira, pela voz do seu vigário geral, o bispo James Kauluma, que considerava a decisão de Pretória como uma das mais infelizes. — (FP)



Jovens militantes da Swapo

Frente Polisário

Quarto congresso na segunda-feira e importantes vitórias militares

ARGEL — O quarto congresso da Frente Polisário realiza-se na segunda-feira, dia 25 de Setembro, nas zonas libertadas do Sahara Ocidental, anunciou na terça-feira Moktar Malamine, membro da direcção das relações externas do movimento saharauí.

Malamine, que se dirigia aos representantes dos movimentos de libertação na

capital argelina, sublinhou a importância deste congresso, que se efectua numa conjuntura particular de êxitos militares e diplomáticos obtidos a todos os níveis pelo povo saharauí.

O congresso da Frente Polisário — declarou Malamine, «fará uma análise objectiva da situação existente no Sahara Ocidental e que é caracterizada pela

derrota crescente das tropas de Hassan II e pelas novas perspectivas abertas pela queda do regime de Ould Dadah na Mauritânia».

O quarto congresso da Frente Polisário decidirá ainda a continuação ou não do cessar-fogo na Mauritânia, declarou por seu lado, Omar Hadrami, membro do Comité Executivo da Frente. Hadrami afirmou numa entrevista concedida ao jornal «El Moudjaid», que o congresso verá se os novos dirigentes mauritanianos «têm realmente a intenção de trabalhar para a instauração da paz, que deve ter em conta, antes de tudo, os interesses do povo saharauí».

MAIS DE 150 MARROQUINOS MORTOS

Mais de 150 soldados marroquinos foram mortos, dois tanques e cerca de 30 veículos foram destruídos pelos combatentes saharauís a meio de Setembro, no norte do Sahara Ocidental e no sul do Marrocos, anunciou na quinta-feira um comunicado do ministério da Defesa da RASD.

O comunicado precisou que os marroquinos sofreram estas perdas nos combates travados em Khreibichat (sul do Marrocos), na região de Smara, Tifariti e Amgala (Sahara Ocidental).

Remodelação ministerial no Senegal

● Babacar Bá deixou o governo

DAKAR 20 — A remodelação ministerial registada na terça-feira no Senegal, foi decidida a seguir a uma reunião do comité central do Partido Socialista senegalês (no poder) que foi considerada pela imprensa de Dakar como «necessária e urgente».

O facto mais saliente desta remodelação foi a saída de Babacar Bá, antigo ministro das Finanças (Abril de 1971 a Março de 1978) e ultimamente titular da pasta dos Negócios Estrangeiros. Babacar Bá era considerado um político de primeiro plano e possível candidato ao posto de Primei-

ro-Ministro.

A sua partida do governo parece confirmar a força crescente de Abdou Diouf à testa do gabinete e do PS de que é primeiro secretário-geral adjunto. Senghor é o secretário-geral. Este facto é importante na medida em que, segundo a Constituição o Primeiro Ministro substitui o chefe de Estado no res.º do seu mandato, em caso de morte ou de demissão.

O novo ministro dos Negócios Estrangeiros é Moustapha Niasse, jovem tecnocrata que ocupa o posto de secretário político no PS. — (FP)

Nicarágua

Combates em Steli

MANAGUA, 22 — Os combates prosseguem na cidade de Steli, apesar da afirmações do governo assegurando que a Guarda Nacional tinha esta cidade sob o seu controle.

De facto, as forças fiéis ao presidente Somoza, parecem controlar a maior parte dos centros urbanos, enquanto que os guerrilheiros sandinistas se reagrupam nas montanhas.

Por outro lado, na reu-

nião consultiva dos ministros de Negócios Estrangeiros da OEA (Organização dos Estados Americanos), o chefe da diplomacia nicaraguenha, Julio Quintana anunciou que o seu governo aceitou os bons ofícios dos países amigos, para resolver pacificamente a crise no seu país. O representante da Venezuela indicou que o seu país propunha um embargo petrolífero contra a Nicarágua.

● 20 mil mortos no Irão

TEERÃO 20 — O balanço oficial do tremor de terra no Irão aumentou na quarta-feira de manhã para cerca de 20 mil mortos, segundo a imprensa da capital iraniana. Todo este tempo, os socorros intensificaram-se e uma campanha de ajuda aos sobreviventes foi organizada pelos organismos do Estado e pelas organizações religiosas. — (FP).

● Presidente do Tchad na China

PEQUIM 20 — O general Felix Malloum, presidente da República do Tchad, encontra-se desde quarta-feira na capital chinesa para uma visita oficial à China. Foi acolhido no aeroporto de Pequim pelo presidente do Partido Comunista chinês e Primeiro-Ministro da China Hua Kuo-Feng, e por outras personalidades chinesas. — (FP).

● Phan Van Dong na Indonésia

MANILA 20 — Pham Van Dong, Primeiro-Ministro da República Socialista do Vietnam, que efectua uma viagem através dos países membros da Associação dos Estados do Sudeste Asiático (ASEAN), partiu para Djakarta, onde deve ter conversações com Suharto, presidente da Indonésia. — (TASS).

COOPERAÇÃO URSS-ETIÓPIA

ADDIS-ABEBA, 20 — A Etiópia e a União Soviética assinaram na terça-feira um acordo de cooperação económica e técnica, no quadro do reforço dos seus laços. O acordo refere-se à criação de uma comissão conjunta soviético-etíope em matéria económica, científica, técnica e no domínio dos câmbios. Este acordo é o resultado da visita a Addis-Abeba de uma delegação governamental soviética, conduzida por Vassili Kuznetsov, membro suplente do Bureau Político e vice-presidente da URSS. — (TASS).

ACORDO DE EDUCAÇÃO MOÇAMBIQUE-RDA

MAPUTO, 20 — Um acordo e um protocolo de cooperação no domínio do Ensino Superior foram assinados na capital moçambicana entre a RDA e Moçambique. Os documentos prevêem fornecimento de equipamentos audio visuais e de professores da RDA para Moçambique. Uma faculdade especial que se encarregará da formação de engenheiros de minas será criada com a ajuda dos alemães. — (TASS)

SEMINARIO SOBRE ENERGIA SOLAR

BAMACO, 20 — Os representantes de sete países da África reuniram-se na capital maliana para participarem no seminário sobre a utilização da energia solar. Este seminário realiza-se no quadro dos preparativos de uma conferência internacional sobre este problema que deve ter lugar em Março próximo na Itália. Bandiougu Gakou, ministro maliano da Planificação discursou na inauguração do seminário para sublinhar que os países africanos tinham grandes esperanças na utilização da energia do sol para fins económicos. — (TASS).

SESSÃO ANUAL DA OMS

KIGALI, 20 — O presidente Juvenal Habyarimana do Rwanda, inaugurou na quarta-feira a 2.ª sessão anual do Comité Regional africano da Organização Mundial da Saúde (OMS). Os participantes — ministros de Saúde, responsáveis dos serviços nacionais de saúde de mais de 41 países — estimam o reforço dos meios de acção da organização questões de política e gestão farmacêutica e África. O director regional da OMS para África, Comlan Quenum (Congolês) propôs que os participantes centrassem os seus esforços no desenvolvimento da cooperação técnica e estudo de uma nova orientação dos sistemas sanitários.

33.ª Assembleia Geral da ONU apelo contra o sub-desenvolvimento e a pobreza

NOVA YORK — Um apelo urgente de Indalécio Llevano Aguirre, ministro colombiano dos Negócios Estrangeiros, a favor de uma luta resolvida contra o sub-desenvolvimento e a pobreza, e a admissão das ilhas Salomão, marcaram a primeira reunião da 33.ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, que começou na terça-feira à noite.

A ONU, disse o presidente Llevano Aguirre, terá dificuldades em cumprir a sua missão de guia, enquanto não foram solucionados os problemas do sub-desenvolvimento e da pobreza.

A questão do «desenvolvimento e da cooperação económica internacional», ou seja o prosseguimento do

diálogo Norte-Sul será examinado prioritariamente pela assembleia geral em última sessão. A questão, apresentada pelo «grupo 77», deverá ser debatida durante cerca de 15 dias, começando as primeiras deliberações da assembleia dentro de três semanas.

O gabinete da assembleia recomendou ainda que a questão da Namíbia seja examinada em sessão plenária logo após a do diálogo Norte-Sul.

A ordem do dia recomendada pelo gabinete conta num total de 12 pontos. A inscrição da questão de Mayotte foi aprovada por 18 votos contra o da França. O Canadá, os Estados

Unidos, e o Reino Unido abstiveram-se.

A inscrição da questão do Timor-Oriental foi recomendada por 11 votos contra o da Indonésia, com dez abstenções.

Dois questões relativas aos direitos do homem, incluindo uma proposta da Costa-Rica para a nomeação de um alto-comissário para os direitos do homem fazem igualmente parte da agenda de trabalhos.

Uma proposta soviética relativa à «convenção internacional sobre o reforço das garantias de segurança dos Estados não-nucleares» foi recentemente submetida à ordem do dia foi inscrita. (FP)

Criminoso de Bafatá condenado à pena capital

O Tribunal Militar Superior, reunido em Bafatá, desde a passada quinta-feira, condenou ontem à pena capital Abdulai Sá, de 26 anos, natural de Bissau assassino do industrial hoteleiro Júlio das Neves, português de 52 anos, residente desde há muitos anos naquela cidade. O crime conforme noticiamos ocorrera na madrugada do passado dia 1 do corrente, tendo sido praticado na residência da vítima.

A execução, a que assistiram os juizes do Tribunal, conselheiros regionais de Bafatá, deputados à Assembleia Nacional Popular e autoridades regionais, ocorreu na tarde do mesmo dia, em virtude de o réu, por declaração assinada pelo seu punho, ter renunciado ao direito estipulado por lei, que lhe permitia, no prazo de três dias, pedir clemência. Foi após abertura de sentença do Tribunal, presidido pelo camarada André Gomes, membro do CEL e do Estado Maior das FARP, que Abdulai Sá tomou esta atitude. Segundo palavras suas, que ditou na Policia para serem lidas no termo do seu julgamento, o «acto que praticara ultrapassara todas as circunstâncias atenuantes»:

Até ao último momento, Abdulai Sá negou ter tido qualquer

cúmplice, facto que a defesa considerou provado, a despeito do depoimento da testemunha principal de acusação Júlio Alves Cá, motorista de táxi, de 26 anos, que afirma ter visto um outro indivíduo sair do quarto da vítima, antes de ter visto, através da porta entreaberta, o corpo já sem vida de Júlio das Neves. Foi Júlio Alves Cá quem saiu para a rua, gritando pelo agente da Policia que se encontrava de serviço em frente à casa do responsável da Segurança da região de Bafatá.

Na sessão de sexta-feira à tarde, o Promotor de Justiça pediu ao Tribunal que fossem retiradas peças do processo, das quais constam os depoimentos de algumas testemunhas para se organizar o processo de instrução preparatória contra possível cúmplice ou cúmplices, salientando não se tratar de simples negligência a atitude do guarda Suribá Sauane, que se encontrava de serviço junto à casa do responsável da Segurança. Suribá Sauane encontra-se já detido, por se ter considerado que a demora em atender ao chamamento de Júlio Alves Cá, ter facilitado a fuga de Abdulai Sá, que só viria a ser preso perto da fronteira.

Brasil Absolvição de Luis Carlos Prestes

BRASILIA, 21 — O secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro (P. C. B.), Luís Carlos Prestes e mais 63 dos seus companheiros, acusados de terem tentado organizar o PCB que é proibido pelo regime, foram absolvidos na quarta-feira por um tribunal militar.

Prestes vive exilado na União Soviética. O Partido Comunista Brasileiro teve existência legal de 1945 a 1947 e foi fundado em 1922.

Por outro lado, o congresso brasileiro aprovou na quinta-feira a abolição da legislação de excepção que vigora no Brasil há dez anos, e a sua substituição pela lei sobre «a segurança do Estado».

Reconstrução de L.I.A.

Para apoiar a reestruturação da Companhia Aérea da Guiné-Bissau-LIA, chegou na quarta-feira passada a Bissau uma delegação dos TAP, composta por dois técnicos, que permanecerão no nosso país durante uma semana.

Os dois técnicos deverão elaborar um relatório do que será necessário para a organização da companhia nomeadamente no tocante aos serviços administrativos e de contabilidade.

Este trabalho está enquadrado nos acordos de cooperação existentes entre o nosso Estado e o Governo português.

Djibuti: Hassan Gouled dissolveu o Governo

DJIBUTI, 22 — O presidente da República e chefe do governo do Djibuti, Hassan Gouled Aptidon, dissolveu na quinta-feira o seu gabinete durante uma reunião do conselho de ministros.

Segundo um comunicado da presidência lido pela rádio, esta medida foi tomada «em virtude da lei consti-

tucional n.º 2 e no desejo de proceder a uma nova distribuição de responsáveis políticos, e a fim de adaptar a estrutura governamental às necessidades económicas».

No entanto, acrescentou o comunicado, os ministros continuam a despachar os assuntos correntes até à formação do próximo governo. — (FP)

Conselho de Comissários aprova diplomas para utilização de créditos

O Conselho dos Comissários de Estado aprovou na passada quarta-feira três diplomas autorizando a utilização de créditos concedidos ao nosso país pelo Banco Totta & Açores, pela Caixa Geral dos Depósitos de Portugal e pelo Consórcio Bancário francês constituído pelos bancos Franco-Português, Indochina-Suez e pela Société General.

Os três diplomas referem-se aos convénios assinados pelo Banco Nacional da Guiné-Bissau com os referidos bancos. O consórcio bancário francês concedeu dez milhões de francos, destinados à aquisição de bens

e equipamentos para o B. N.G.

O crédito concedido pela Caixa Geral dos Depósitos de Portugal será empregue na compra de produtos de origem portuguesa. Os dois milhões de dólares do Banco Totta & Açores serão utilizados na aquisição de bens e produtos portugueses.

De salientar que estes créditos vêm na sequência dos esforços do nosso Governo no sentido de garantir os produtos de primeira necessidade aos nossos camponeses, para a próxima época da campanha que se avizinha.

Visita de Luiz Cabral ao Senegal

(Continuação da 1.ª página) outros organismos similares. Após esta importante sessão de trabalho os Presidentes decidiram continuar os contactos desta natureza, a fim de facilitar o desenvolvimento da cooperação amigável e fecunda existente entre os dois países.

Por outro lado, manifestaram o seu comum acordo quanto à adopção de medidas concretas destinadas a facilitar a procura e aplicação de meios adequados à consolidação da cooperação bilateral. Neste capítulo, procedeu-se ao exame conjunto das possibilidades de cooperação que oferecem a exploração comum dos recursos naturais, nomeadamente de certos cursos de água.

Os dois estadistas, num outro plano, acordaram na reunião, em Dakar, em Dezembro próximo, da sessão anual da comissão mista senegal-guineense, que será encarregada de examinar todos os aspectos da cooperação bilateral. No domínio da cooperação multilateral os dois Presidentes insistiram particularmente na necessidade de uma concertação permanente no quadro da CEDEAO e de

outros organismos similares.

Após esta importante sessão de trabalho os Presidentes decidiram continuar os contactos desta natureza, a fim de facilitar o desenvolvimento da cooperação amigável e fecunda existente entre os dois países.

Novo ano lectivo

Termina hoje, sob a presidência do Comissário Principal, interino, camarada Constantino Teixeira, o seminário Nacional de Quadros da Educação, que vinha decorrendo desde a passada sexta-feira, na escola 23 de Janeiro, em Bula.

Durante os três dias do curso cujos trabalhos foram presididos pelo camarada Mário Cabral, Comissário da Educação Nacional, os delegados regionais do ensino básico do sector e os responsáveis nacionais do Comissariado da Educação discutiram a planificação das actividades escolares para este novo ano lectivo e o documento-base que compreende as leis e normas de orientação para as escolas e o pessoal docente e não docente a todos os níveis.

ULTIMAS NOTICIAS

AGRESSÃO RODESIANA A MOÇAMBIQUE

SALISBURIA 23 — Penetrando 200 quilómetros no interior de Moçambique, as tropas rodesianas atacaram os campos de refugiados zimbabwuanos. A agressão começou na quarta-feira e os combates duraram quatro dias, segundo um comunicado militar dos racistas rodesianos publicado ontem em Salisbúria. O comunicado racista precisou que «cinco bases nacionalistas foram visadas pelas forças e a aviação rodesiana», no cumprimento da operação «Dodo».

Não houve até então nenhum comunicado moçambicano ou das forças patrióticas do Zimbabwé sobre mais esta agressão dos soldados do rebelde Ian Smith.

GRAVES INUNDAÇÕES NO VIETNAM

HONG-KONG 23 — O Vietnam lançou ontem um apelo à ajuda internacional, a seguir às graves inundações que provocaram a morte de 74 pessoas e deixaram duas mil pessoas sem abrigo, indicou a agência de imprensa vietnamita KNA. A agência precisou que 200 mil casas foram destruídas pelas inundações, 50 mil cabeças de gado e 168 mil porcos morreram e cerca de um milhão de toneladas de arroz perderam-se. Estas inundações, que são as graves até então registadas nas províncias sul do Vietnam há 12 anos, devem-se às chuvas torrenciais que fizeram transbordar dois afluentes do rio Mekong.

Finalmente, indicaram os observadores, as inundações do delta do Mekong, celeiro do Vietnam, poderão agravar a situação económica, visto que o Vietnam defronta-se com um défice alimentar na ordem de milhões de toneladas. — (FP)

CONVERSACOES CEAU- CESCU-RATSIRAKA —

BUCARESTE 23 — Didier Ratsiraka, presidente do Madagáscar, que efectua actualmente uma visita informal à Roménia, foi recebido anteontem por Nicolae Ceausescu, presidente do Partido Comunista romeno e chefe de Estado. Segundo a agência romena «Agerpress», as conversações incidiram sobre o desenvolvimento da cooperação entre os dois países e de intensificar as relações políticas, económicas, técnicas e científicas. — (FP)